

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA – MESTRADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA DA FILOSOFIA MODERNA E  
CONTEMPORÂNEA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A NECESSIDADE DAS IDEIAS TRANSCENDENTAIS PARA O  
SISTEMA KANTIANO**

GUSTAVO LEONI BORDIN

CURITIBA 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA – MESTRADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA DA FILOSOFIA MODERNA E  
CONTEMPORÂNEA

GUSTAVO LEONI BORDIN

**A NECESSIDADE DAS IDEIAS TRANSCENDENTAIS PARA O  
SISTEMA KANTIANO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Mestre do Curso de Mestrado  
em Filosofia do Setor de Ciências Humanas, Letras  
e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Vinicius Berlendis de Figueiredo

CURITIBA

2010

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe  
querida, Maria Janice

## **RESUMO**

A presente pesquisa consiste na investigação acerca da temática da utilidade das ideias transcendentais para a filosofia sistemática de Kant. Para tanto, se faz necessário lançar mão de outros conceitos que estão imbricados nessa temática. Entre eles, destacaremos os conceitos puros do entendimento, que, em analogia a eles, Kant fará a dedução das ideias transcendentais. Só após esse passo importante para nossa pesquisa (que provará a legitimidade das ideias) é que poderemos demonstrar o real uso que se pode fazer dos conceitos da razão. Kant define que uso correto das ideias não é constitutivo, pois elas não podem ser encontradas na experiência. As ideias da razão possuem, em contrapartida, um uso legítimo, como um princípio regulativo que auxilia o entendimento no conhecimento. Para Kant, as ideias são princípios que postulam a unidade, elas projetam uma unidade ideal e prepara o campo para o entendimento. Assim, no primeiro capítulo iremos expor como escapar da manifestação dialética da razão através das ideias. No segundo, iremos mostrar que elas, por serem conceitos autênticos, necessitam de uma dedução e, por fim, mostraremos o real uso que se pode fazer delas.

**PALAVRAS-CHAVE:** ideia; metafísica; princípio regulativo; unidade;

## **ABSTRACT**

The research here presented consists in the inquiry concerning the thematic of the utility of the transcendental ideas for Kant's systematic philosophy. To do such, becomes necessary to analyze other concepts that are inserted into this thematic. Among them, we will enhance the pure concepts of understanding, parameter analogy of Kant's deduction of the transcendental ideas. Significant to our research, this stage will proof the legitimacy of the ideas, and we will demonstrate the actual use of the concepts of reason. Kant explicits that the correct use of the ideals is not constitutive, because they cannot be found in the experience. The ideas of the reason possess, as a counterpart, a legitimate use: they are auxiliary regulative principles for the understanding of knowledge. To Kant, the ideas are principles that postulate unity; they project an ideal unity and prepare the field for the understanding. Therefore, in the first chapter we shall expose how to escape from the dialectic manifestation of the reason through ideas. The second chapter will show the legitimacy of the ideas once they are authentic concepts of the reason. Finally, we will present the their real use.

**KEY WORDS:** Idea; Metaphysic; Regulative principle; unity.

## **SUMÁRIO**

|  |    |
|--|----|
| <b>APRESENTAÇÃO</b>  | 06 |
| <br><b>CAPÍTULO I</b>  |    |
| 1.1 – AS DIFICULDADES DA RAZÃO COM A METAFÍSICA E O INCONDICIONADO           | 14 |
| 1.2 – DIALÉTICA TRANSCENDENTAL: “A LÓGICA DA ILUSÃO”                         | 20 |
| <br><b>CAPÍTULO II</b>   |    |
| 2.1 – A DEDUÇÃO METAFÍSICA E TRANSCENDENTAL DAS CATEGORIAS                   | 28 |
| 2.2 – A DEDUÇÃO DAS IDEIAS DA RAZÃO E SUA NECESSIDADE PARA O<br>CONHECIMENTO | 46 |
| <br><b>CAPÍTULO III</b>  |    |
| 3.1 – O USO REGULATIVO DAS IDÉIAS DA RAZÃO                                   | 62 |
| 3.2 – UNIDADE E SISTEMATICIDADE DO CONHECIMENTO                              | 73 |
| <br><b>CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                  | 94 |
| <br><b>BIBLIOGRAFIA</b>  | 96 |

## APRESENTAÇÃO

Esta dissertação possui como objetivo analisar o uso legítimo das idéias transcendentais na filosofia de Kant, tendo em vista a necessidade destas para a arquitetura da razão elaborada pelo autor na *Crítica da Razão Pura*. As características e usos distintos das idéias transcendentais, também conhecidas como “conceitos puros da razão”, em analogia com os “conceitos puros do entendimento” ou, simplesmente, categorias, a nosso ver, é uma das principais realizações de Kant na primeira *Crítica*. Kant ilustrará a diferença entre esses dois conceitos relacionando os conceitos puros do entendimento com os objetos da experiência possíveis e os conceitos puros da razão com a *totalidade absoluta de toda experiência possível*, como podemos notar também a partir do parágrafo 40 dos *Prolegômenos*. Nesse momento da obra nos interessa a advertência que faz o autor a respeito da metafísica, a saber: ela relaciona-se apenas com conceitos puros da razão, ou seja, com as idéias, conceitos que nunca serão dados numa experiência qualquer possível, por conseguinte, cuja realidade objetiva, e igualmente a verdade ou falsidade das afirmações feitas por meio destes conceitos, serão impossíveis de se confirmar ou revelar por alguma experiência.

Com isso, Kant estabelece a questão com a qual terá que se preocupar, questão esta que ao mesmo tempo revela a peculiaridade da metafísica, a saber, “a aplicação da razão simplesmente a si mesma e o pretensão conhecimento objetivo que decorreria imediatamente da razão incubando os seus próprios conceitos, sem para isso ter necessidade da mediação da

experiência, ou que em geral aí se possa chegar através dela”<sup>1</sup>. Sem a resolução dessa questão, dirá Kant, a razão jamais satisfará a si mesma.

Em contraste com as idéias transcendentais, os conceitos puros do entendimento, para Kant, possuem um uso apenas *imane*nte, isto é, incidem na experiência. Porém, esse uso experimental, ao qual a razão limita o entendimento puro, escreve o autor, não completa toda determinação própria da razão: o entendimento tem sob seu domínio cada experiência particular, mas para a razão isso ainda não é suficiente. Segundo Kant, *a totalidade absoluta de toda experiência possível*, que não é em si mesmo nenhuma experiência, é um problema necessário, cuja simples representação exige conceitos inteiramente diferentes dos conceitos puros do entendimento, e é nessa completude impossível de ser dada na experiência que a razão tem interesse. Escreve Kant: “(...) os conceitos da razão se referem à completude, isto é, à unidade coletiva de toda experiência possível, e com isso vão além de toda experiência dada e tornam-se *transcendentes*”<sup>2</sup>. Enquanto as categorias do entendimento são necessárias para cada experiência, as idéias da razão são conceitos necessários cujo objeto não pode ser, no entanto, dado em nenhuma experiência possível.

Determinar o que é próprio dos conceitos puros do entendimento e dos conceitos puros da razão também significa, sobretudo, salvaguardar a metafísica. A distinção entre idéias e categorias, diz Kant, “é uma parte tão importante para a fundamentação de uma ciência que deve conter o sistema de

---

<sup>1</sup> KANT *Prolegómenos a toda a metafísica futura que queira apresentar-se como ciência*, A 125.

<sup>2</sup> KANT *Prolegómenos a toda a metafísica futura que queira apresentar-se como ciência*, A 126.



todos estes conhecimentos *a priori*, que, sem esta distinção, a metafísica é absolutamente impossível ou, no máximo, uma tentativa desordenada e imperfeita, sem conhecimento dos materiais com os quais nos ocupamos e da aptidão dos mesmos para serem aplicados desta ou daquela maneira, que se propõe apenas a construir um castelo de cartas”<sup>3</sup>. Além do mais, a distinção entre categorias e idéias e os campos que esses conceitos são aplicados revela, também, uma contraposição das ciências que se ocupam com objetos e conhecimentos que podem ser representados na intuição (matemática e ciência da natureza) e a metafísica. Um dos objetivos de Kant é justamente colocar esta distinção “diante dos olhos”, mostrar que conceitos do entendimento e da razão não são da mesma espécie. Somente assim, haverá alguma contribuição para o esclarecimento de nossos conceitos e para a direção da pesquisa no campo metafísico.

No prefácio da *Crítica da razão pura*<sup>4</sup>, por exemplo, Kant salienta o avanço da matemática e da ciência da natureza ao longo da história, progresso que colocou estes dois conhecimentos teóricos da razão na via correta de uma ciência. O sucesso de tais ciências é atribuído ao fato de que todos os conhecimentos do entendimento têm a peculiaridade de seus conceitos serem dados na experiência, conhecimentos que podem também ser confirmados por meio desta. Em contrapartida, os conhecimentos da razão não se apresentam na experiência, pois se referem às idéias. Apesar das diversas tentativas de encetar o caminho seguro de uma ciência, a falta de êxito da metafísica se

---

<sup>3</sup> KANT *Prolegómenos a toda a metafísica futura que queira apresentar-se como ciência*, A 127.

<sup>4</sup> Doravante citada em corpo do texto apenas como *Crítica*.

justifica pelo fato de suas proposições jamais poderem ser confirmadas ou contraditas pela experiência. Por isso Kant se preocupa em identificar as diferenças da atividade especulativa da razão na matemática e na física, quando comparadas a atividade especulativa da razão na metafísica. Uma vez que a experiência é inútil para confirmar ou contradizer qualquer pensamento metafísico, a razão, que se torna naturalmente dialética, terá que se encarregar de encontrar a fonte dos erros e da ilusão apenas com suas próprias forças. Como escreve Kant no parágrafo 42 dos *Prolegômenos*:

Todos os conhecimentos do entendimento puro têm em si que seus conceitos podem ser dados na experiência e seus princípios podem ser comprovados pela experiência; os conhecimentos da razão transcendente, ao contrário, não podem, no que se refere às suas *idéias*, ser dados na experiência, nem suas *proposições* podem ser comprovadas ou contraditas pela experiência; daí que o erro, que neles pode insinuar-se, não pode ser descoberto por nada mais além da própria razão pura, o que é muito difícil, porque justamente esta razão torna-se naturalmente dialética por meio de suas idéias e esta inevitável ilusão não pode ser conservada dentro de limites por nenhum exame objetivo e dogmático da coisa, mas somente por um exame subjetivo, da própria razão, como fonte das idéias<sup>5</sup>.

Kant adverte, no início do parágrafo 43 dos *Prolegômenos*, que sua preocupação na *Crítica* foi sempre “não só distinguir cuidadosamente as várias espécies de conhecimento, como também derivar de sua fonte comum os conceitos pertencentes a cada uma delas, a fim de, uma vez informado de onde se originavam, poder informar com certeza não só seu uso, mas também ter a vantagem inestimável, e até agora insuspeita, de conhecer, segundo

---

<sup>5</sup> KANT *Prolegômenos a toda a metafísica futura que queira apresentar-se como ciência*, A 128.

princípios, a completa enumeração, classificação e especificação dos conceitos *a priori*”<sup>6</sup>.

Mas antes de prosseguirmos no tema das idéias da razão, voltemos por um momento para a *Crítica*, quando Kant define matemática e física como os dois conhecimentos teóricos da razão que devem determinar os seus *objetos a priori*, a primeira de modo inteiramente puro, a segunda de modo pelo menos em parte puro. Contudo, tão importante quanto determinar os objetos de maneira *a priori*, o que se torna mesmo decisivo para estas ciências é, como já foi mencionado, o papel da experiência. Se na ciência da natureza, segundo a palavra do autor, “a razão só discerne o que ela mesmo produz segundo seu projeto”<sup>7</sup>, então é na experiência que posteriormente irá se confirmar os planos elaborados por ela. Isto é, a razão, com seus princípios inteiramente ou parcialmente puros (como se dá na matemática ou na física, respectivamente), necessita e procura leis necessárias na natureza, mas as projeta de antemão. No caso da física, a experimentação, portanto, servirá para obrigar a natureza a responder as questões projetadas pela razão. Ao invés de se conduzir pela natureza, Kant propõe que se deva adiantar-se em relação a ela, forçando a mesma a concordar com o que, previamente, foi elaborado de modo racional.

A razão tem que ir à natureza tendo numa das mãos os princípios unicamente segundo os quais concordantes entre si podem valer como leis, e na outra o experimento que ela imaginou segundo aqueles princípios, na verdade para ser instruída pela natureza, não porém na qualidade de aluno que se deixa ditar tudo o que o professor quer, mas na de um juiz nomeado que obriga as testemunhas a responder às perguntas que lhe propõe<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> KANT *Prolegômenos a toda a metafísica futura que queira apresentar-se como ciência*, A 129.

<sup>7</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B XIII.

<sup>8</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B XIII.

A matemática, por sua vez, ocupa-se de objetos e de conhecimentos somente na medida em que se deixam apresentar (*darstellen*) na intuição<sup>9</sup>. Neste caso, não é propriamente a experimentação que o matemático utiliza para comprovar o que previamente foi estabelecido pela razão, na verdade, a própria possibilidade de se conceber o objeto matemático em uma experiência possível já é o suficiente para torná-lo em um conhecimento verdadeiro. Como se trata de uma ciência com princípios inteiramente *a priori*, o conhecimento matemático não necessita que a experiência lhe acrescente algo de novo, por esse motivo, a experiência possível desses objetos garante realidade dos seus conhecimentos. Por isso, sem a experiência possível, escreve Kant, “todo conceito é somente uma idéia privada de verdade e de relação com um objeto”<sup>10</sup>. Em outras palavras, o uso especulativo da razão, seja na física ou na matemática, somente tem valor em relação à intuição.

Somente é possível o conhecimento *a priori* dos objetos se estes se regularem pela natureza da nossa faculdade de intuição, e não a nossa intuição se regular pelos objetos. Apenas assim a razão é capaz de adiantar-se à experiência e, conseqüentemente, os objetos da experiência podem ser construídos como conhecimento *a priori*. A regra da experiência deve poder ser pressuposta *a priori* antes mesmo de serem dados quaisquer objetos. Assim, quando o interesse da razão em seu uso especulativo almeja conhecer objetos referentes a uma experiência possível, como os da física, por exemplo, a experimentação coloca a razão no caminho das ciências.

---

<sup>9</sup> Cf. KANT. *Crítica da razão pura*, B 8.

<sup>10</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 517.

Se a experiência é o elemento que corrobora aquilo que a razão por si só projeta, e justamente ela a responsável para a ciência da natureza e a matemática encetarem o caminho seguro de uma ciência, então a metafísica se depara com uma imensa dificuldade em encontrar a via correta já trilhada por elas: Ora, como exigir dos conhecimentos metafísicos uma confirmação empírica se, nesse solo, a razão especulativa lida com conceitos que se colocam para além da experiência?

Essa diferença entre a metafísica e as chamadas ciências da natureza perpassa ao longo de toda *Crítica*, e Kant dirá que há apenas um modo de por a metafísica fora de perigo, a saber: distinguir o conhecimento puro em dois elementos muito desiguais, isto é, o das coisas como fenômenos e o das coisas em si mesmas. A nosso ver, a intenção filosófica envolvida na famosa revolução copernicana e na descoberta das estruturas subjetivas do sujeito transcendental tem como objetivo não somente atribuir certo estatuto de ciência para a metafísica, mas, principalmente, resolver o inevitável problema da razão com o *incondicionado*.

Kant precisará, para isto, provar a realidade dos conceitos puros do entendimento bem como a dos conceitos puros da razão. Assim, para nossa pesquisa é de fundamental importância refazer o caminho da dedução metafísica e transcendental das categorias do entendimento e das idéias da razão. Além do mais, mostraremos em nosso trabalho que, apesar dos obstáculos que impedem o desenvolvimento do conhecimento metafísico, a razão ainda assim procura explorar âmbito do incondicionado, concebendo idéias que extrapolam a possibilidade da experiência. Porém, mesmo sendo

impossíveis de serem dadas em nossa intuição, estas idéias são importantes para o desenvolvimento do conhecimento humano. Ademais, outro traço importante das idéias da razão é que elas não somente devem existir sem contradição com os conhecimentos do âmbito da experiência possível, mas também, além de servirem como recurso para direcionar o entendimento no ato de conhecer, elas são ainda princípios que garantem a unidade sistemática, algo buscado pela razão. Começaremos com o problema do incondicionado e a ilusão transcendental, provocada pelas ideias que a razão produz e induzindo-a facilmente ao erro.

## CAPÍTULO I

### 1.1 – AS DIFICULDADES DA RAZÃO COM A METAFÍSICA E O INCONDICIONADO

Se a experiência, possível ou real, é o que coloca a razão no caminho correto da ciência, então a experimentação passa a ter um papel decisivo na filosofia kantiana, a saber: ela deverá ser mantida de maneira firme principalmente para impedir a natural atividade dialética da razão em vaguear para ordem do *incondicionado*. Mas por que a razão ainda assim nutre tanto interesse por uma ciência, a metafísica, onde a experiência é inoperante em seu campo? Ou de modo mais sucinto: “o que é que a razão pretende realmente com a metafísica?”<sup>11</sup>. Nos parece que essas questões giram em torno dos conceitos necessários da razão, as idéias, ao qual não pode ser dado nos sentidos objetos congruentes, pois contêm o incondicionado. Mas qual o real motivo da razão em investir tantos esforços nas idéias?

Que a razão especulativa tem uma inevitável tendência em ultrapassar a experiência e divagar nas investigações metafísicas, já fica claro nas famosas asserções antinômicas apresentadas por Kant na *Dialética transcendental*. A nosso ver, a motivação que a razão encontra para investir no campo do supra-sensível (*Übersinnlichen*), cujo solo não é nada favorável para o conhecimento teórico, é a necessidade de um todo sistemático. Nosso ponto de vista pode ser apoiado, por exemplo, em passagens como esta:

---

<sup>11</sup> KANT. *Os progressos da metafísica*, A 9.

A razão, por uma tendência da sua natureza, é levada a ultrapassar o uso empírico e a aventurar-se num uso puro, graças a *simples idéias*, até aos limites extremos de todo o conhecimento e só *encontrar descanso* no acabamento do seu círculo, num todo sistemático subsistente por si mesmo<sup>12</sup>.

Se a razão só irá “encontrar descanso” quando alcançar essa unidade sistemática autossuficiente, isto é, cuja existência não necessitará de nada mais como condição de sua possibilidade, então é certo que na filosofia kantiana o fim último (*Endzwecke*) da razão está, de algum modo, intimamente ligado com a completude do sistema. Para Kant, é a metafísica que proporcionará a empreitada da unidade sistemática, pois é ela que lida com as idéias da razão. Mas como? E quais idéias são essas que induzem a razão a extrapolar seus limites? Entretanto, antes de respondermos essas questões, é preciso destacar que dessa ausência de um solo favorável para a metafísica surge outros contratempos. As más sucedidas investigações no campo do supra-sensível que tanto dificultam o progresso da metafísica está relacionado com a própria natureza desta ciência, ou antes, como afirma Lebrun, na fatalidade que até aqui a perseguiu. Escreve Kant:

De todos os sistemas da razão sempre sobra alguma coisa e ela ampliou-se sucessivamente. A matemática conserva suas aquisições e seu território aumenta na medida em que novidades se acrescentam a ele cotidianamente. Na ciência da natureza, de Aristóteles até agora, sempre restou algo dos falsos sistemas depois que eles passaram pelo crivo; mas a metafísica nega-se inteira assim que ela deixa o lugar para uma outra<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 825 (grifo nosso).

<sup>13</sup> KANT, Rx 5072, apud LEBRUN, Gerard. *Kant e o fim da metafísica*, p. 41. Como o texto de Kant em português aqui citado é uma tradução indireta, feita a partir da obra de Lebrun, original em francês, disponibilizaremos o texto supracitado em alemão, para que seja possível cotejar a nossa tradução utilizada em português com a versão original: “In allen systemen der Vernunft ist immer etwas übrig geblieben, und sie hat sich successiv vergrößert. Die mathematic behält ihren Erwerb, und ihr Vorrath wächst, indem täglich neues hinzukommt. In der Naturwissenschaft ist von Aristoteles an bis jetzt immer selbst von falschen systemen etwas übrig geblieben, nachdem es gesichtet



A constituição da Matemática e da Ciência da natureza é possível através de acumulação de conhecimento e, ao que tudo indica, a metafísica não permitirá que o seu desenvolvimento perfaça esse mesmo caminho. A grande dificuldade da metafísica é não ser capaz de crescer pouco a pouco, de somar conhecimentos positivos para se compor. Sob esse ponto de vista, a metafísica opõe-se ao progresso gradativo que ocorre mediante a história. Com efeito, escreve Kant, “a metafísica é, segundo a sua essência e intenção última (*Endabsicht*), um todo completo (*vollendetes*): ou nada, ou tudo”<sup>14</sup>. Deste modo, é inadequado aprimorar a metafísica partindo de uma de suas partes até a completude de sua totalidade, na verdade, talvez a metafísica não tolere sequer aprimoramento ao longo da história, uma vez que a sua totalidade deve ser dada quase que em um único golpe. Para Kant, concebendo-a desde o início já em sua totalidade a metafísica estará livre de partes que não lhe pertence:

O grande erro que se cometeu até aqui me parece ter sido o de querer proceder, em metafísica, das partes em direção ao todo, misturando assim nele partes estranhas. Aqui é possível começar apenas por um conhecimento do todo purificado de toda confusão, o que apenas um deve realizar completamente.<sup>15</sup>

---

worden; aber die metaphysik vernichtet sich gänzlich, indem sie einer andern Platz macht” (Kant: AA XVIII, p. 79).

<sup>14</sup> KANT. *Os progressos da metafísica*, A 8.

<sup>15</sup> KANT, Rx 4935, apud LEBRUN, Gerard. *Kant e o fim da metafísica*, p. 698. No original: “Der gantze bisherige fehler scheint mir der gewesen zu seyn, daß man von den Theilen zum Gantzen in der metaphysic hat fortgehen wollen, ja so gar, indem man fremdartige Theile zugemengt hat. Allein es ist hier nur möglich, in einer völlig unvermengten Erkenntnis vom Gantzen anzufangen, und ein einziger muß dasselbe völlig ausführen”. (Kant: AA XVIII, p. 33).

Dentre todas as ciências, a metafísica se caracteriza de modo inteiramente particular por ser a única que deve ser exposta completamente, tornando impossível à posteridade acrescentar algo em seu conteúdo. Se dela, escreve Kant, “não resulta ao mesmo tempo sistematicamente o todo absoluto, o conceito que dela se faz pode considerar-se como não corretamente apreendido”<sup>16</sup>.

Em *Os progressos da metafísica*, Kant ainda acrescenta: “o que se exige para o seu fim último não pode, pois, como acontece na matemática ou na ciência natural empírica que progridem sempre indefinidamente<sup>17</sup>, ser tratado de modo fragmentário”<sup>18</sup>. Se um todo completo e autossuficiente, como deve ser a metafísica, não progride de maneira rapsódica, mas se estabelece por completo, então tal ciência não pode crescer indefinidamente (*ohne Ende*), ou melhor, sem fim. A metafísica, portanto, exige uma completude acabada.

Outra grande dificuldade da razão, no que diz respeito à metafísica, está no fato de não poder explorar seus postulados no mundo fenomênico. Estes postulados metafísicos pelo qual a razão tem interesse são três: a liberdade da vontade, a imortalidade da alma e a existência de Deus, conceitos que transcendem a natureza sensível. Estas ideias da razão não possuem nenhum uso imanente e por isso não são admissíveis como objetos empíricos. Assim, toda investigação a este respeito não pode ser provada “*in concreto*”, ou seja, justificada pela experiência. No que se refere a liberdade Kant afirma:

---

<sup>16</sup> KANT. *Os progressos da metafísica*, A 171.

<sup>17</sup> No original: “die ohne Ende immer fortschreiten”.

<sup>18</sup> KANT. *Os progressos da metafísica*, A 8.

Mesmo que a nossa vontade seja livre, isto não diz respeito senão à causa inteligível do nosso querer. Pois, quanto às suas manifestações fenomênicas, ou seja, às ações, conforme uma máxima fundamental inviolável, sem a qual não podemos fazer da nossa razão nenhum uso empírico, não devemos explicá-las de maneira diferente de todos os outros fenômenos da natureza, ou seja, segundo as leis imutáveis desta<sup>19</sup>.

Sobre a imortalidade da alma, Kant esclarece:

Admitamos que a natureza espiritual da alma possa também ser apercebida (e com ela a sua imortalidade); isto não se poderia, contudo, ter em conta como um princípio de explicação, nem relativamente aos fenômenos desta vida, nem ao que respeita à natureza particular da vida futura, pois o nosso conceito de uma natureza incorporeal é meramente negativo e não amplia o mínimo que seja o nosso conhecimento, nem contém matéria donde possamos extrair conseqüências que não sejam ficções e que a filosofia não pode permitir<sup>20</sup>.

E, sobre Deus, encontramos:

... se pudesse demonstrar-se a existência de uma inteligência suprema, poderíamos compreender, sem dúvida, a finalidade na disposição e na ordem do mundo em geral, mas de modo algum estaríamos autorizados a derivar dela qualquer arranjo e qualquer ordem particular, nem a concluí-los ousadamente onde não são percebidos. De fato, é uma regra necessária do uso especulativo da razão não pôr de lado as causas naturais e não abandonar aquilo de que nos podemos instruir pela experiência, para derivar algo que conhecemos, de uma qualquer outra coisa que ultrapassa completamente o nosso conhecimento<sup>21</sup>.

Para Kant, a partir das nossas faculdades cognitivas, entendimento e sensibilidade, não se pode mostrar a existência das coisas senão em um mundo fenomênico, possível ou real, e devemos guiar nosso conhecimento objetivo por esses objetos presentes no âmbito fenomênico e não dar

---

<sup>19</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 826.

<sup>20</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 826-827.

<sup>21</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 827.

preferência aos objetos que ultrapassam os limites da experiência. Mas como a razão tem um interesse em fazer coexistir esses três postulados (Deus, imortalidade da alma e liberdade) com o conhecimento do mundo fenomênico em um único sistema possível, Kant adota uma dupla perspectiva acerca dos objetos, superando, assim, o conflito em se aceitar, por exemplo, uma causalidade livre e outra sempre condicionada na natureza do mundo fenomênico. Ou seja, tanto uma causalidade como outra fazem parte de um sistema único e, por isso, devem poder existir simultaneamente, isto significa que devem existir sem que uma contradiga a outra. Como escreve Pimenta: “A partir dos fenômenos, só se pode *afirmar* a existência da causalidade por leis do entendimento; numa ordem inteligível, no entanto, é possível *pensar* numa causalidade por liberdade”<sup>22</sup>, ou seja, um começo incondicionado para uma série de fenômenos. Com Deus e imortalidade da alma não é diferente; mesmo sendo impossível conhecer objetivamente tais ideias da razão, ainda é possível pensá-las sem contradição com a ordem causal fenomênica.

No nosso ponto de vista, resolver o conflito entre os objetos transcendentais e as leis universais da experiência tem em vista principalmente possibilitar uma unidade dos conhecimentos. Como afirma Kant:

A razão humana é, por natureza, arquetônica, isto é, considera todos os conhecimentos como pertencentes a um sistema possível, e, por conseguinte, só admite princípios que, pelo menos, não impeçam qualquer conhecimento dado de coexistir com outros num sistema<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> PIMENTA, Pedro P. *Reflexão e Moral em Kant*, p.48 (grifo nosso).

<sup>23</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 502.

Assim, se os conceitos da razão pura, que, como veremos, não são inventados arbitrariamente, não puderem existir juntamente com o conhecimento que temos da natureza sensível, então ambos os conhecimentos estarão impedidos de coexistir em um único sistema. Se assim for, haverá conhecimento sem articulação, e isto significa que não será possível uma univocidade. Na verdade, não é apenas importante que os conceitos da razão pura possam existir sem contradição com os conhecimentos matemáticos e os da ciência da natureza. Veremos também, num segundo momento, que tais conceitos tratados na metafísica, que são mais precisamente ideias da razão, cumprem funções imprescindíveis na filosofia kantiana: são importantes para possibilitar o conhecimento da experiência na medida em que são princípios regulativos que garantem a unidade sistemática.

## **1.2 – DIALÉTICA TRANSCENDENTAL: “A LÓGICA DA ILUSÃO”**

Kant, como já esboçamos, adota uma dupla perspectiva sobre os objetos para superar o conflito entre os objetos de uma experiência possível e as ideias da razão, estas incompatíveis com os fenômenos de natureza sensível. Essa posição do autor surge para resolver o problema da oposição entre a própria experiência possível e as tentativas dialéticas da razão especulativa na ordem do incondicionado. Seguimos, em nosso trabalho, o mesmo ponto de vista de Franklin Leopoldo, que escreve: “a dialética se opõe

ao entendimento assim como a ilusão se opõe a verdade”<sup>24</sup>. A dialética, caracterizada por Kant como “lógica da ilusão”, é uma tendência inevitável e natural da razão e é contrária ao uso seguro do entendimento na experiência, e por seus conhecimentos conterem fundamentos insuficientes e defeituosos, a ilusão é então entendida como oposta à verdade. Por isso, fenômeno (*Erscheinung*) e ilusão (*Schein*), dirá Kant, não podem ser tomados por idênticos.

Até aqui, podemos afirmar que a razão se preocupa com a metafísica por que ela nutre um interesse natural pelas ideias. Mas na *Dialética transcendental* também ficará claro que qualquer tentativa da razão pura de conhecer verdadeiramente objetos de “um mundo” que se situa além dos fenômenos está fadada ao fracasso. Segundo Kant, com a metafísica tradicional, a razão tenta equivocadamente demonstrar a imortalidade da alma, a liberdade da vontade e a existência de Deus. Do mesmo modo que é impossível afirmar a existência dessas ideias, Kant dirá que é também impossível demonstrar que a alma não seja imortal, que a liberdade não seja livre ou que Deus não exista. Em outras palavras, a razão especulativa não pode se pronunciar nem positivamente nem negativamente sobre imortalidade, liberdade e Deus. Para a razão, é unicamente possível pensarmos em tais postulados. Por isso, se não distinguirmos da ordem fenomênica uma ordem inteligível como algo que possa ser apenas pensada e não objetivamente conhecida, qualquer esforço com o objetivo de pronunciar algo sobre as ideias resultará numa manifestação dialética da razão. Sem esta distinção, qualquer

---

<sup>24</sup> SILVA, Franklin L. *Dialética e experiência* in Revista *Dois pontos*, vol. 2, num. 2, p. 97.

afirmação de caráter objetivo acerca do incondicionado se revelará como pretensão conhecimento, nada verdadeiro, isto é, será uma mera aparência.

Como já mencionamos anteriormente, a metafísica é produzida por meio do interesse da razão pelas idéias (Deus, imortalidade e liberdade), mais precisamente, a metafísica se funda no interesse da razão em procurar um incondicionado para o condicionado dado. Mas essa atividade da razão é propícia para o surgimento da ilusão ou aparência. Vejamos como Kant apresenta sua análise da ilusão na primeira *Crítica*.

Em primeiro lugar, Kant dirá que verdade ou ilusão não estão *nos* objetos enquanto é *intuído*, mas *nos* juízos sobre tais objetos enquanto são pensados. Com isso, Kant quer inicialmente mostrar que os sentidos nunca nos enganam, os sentidos apenas intuem, jamais fazem julgamentos sobre objetos fenomênicos. Em outras palavras, os sentidos sozinhos nunca erram uma vez que não fazem qualquer julgamento, nem verdadeiro nem falso.

Analogamente, o entendimento por si só jamais errará. Dirá Kant: “nem o entendimento (sem influência de uma outra causa) nem o sentido erram por si sós; porque quando o primeiro age meramente segundo as suas leis, o efeito (o juízo) deve necessariamente concordar com elas”<sup>25</sup>. Por isso, não é absurdo afirmar que na matemática pura e na lógica a possibilidade de erro deve (ou deveria ser) significativamente menor na medida em que, nestas ciências, o entendimento opera segundo suas próprias leis, sem a necessidade de objetos intuídos, elas prescindem de intuição empírica. Se as leis do nosso entendimento concordam, o juízo extraído só poderá ser verdadeiro. Por isso,

---

<sup>25</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 350.

podemos questionar: já que entendimento e sensibilidade, as duas fontes de nosso conhecimento, sozinhos não erram, o que causaria o erro ou mais precisamente um conhecimento ilusório? Responderá Kant: “Ora, visto que além dessas duas fontes de conhecimento não possuímos nenhuma outra, segue-se que o erro somente atua sobre o entendimento mediante a influência despercebida da sensibilidade, pela qual ocorre que os fundamentos subjetivos do juízo confundem-se com os fundamentos objetivos, fazendo estes desviarem-se da sua destinação”<sup>26</sup>. A fonte da ilusão se encontra no juízo, ou seja, na relação do objeto intuído com nosso entendimento. O objeto, para Kant, influi sobre a ação do entendimento, determinando este a julgar, é daí que se funda o erro. Assim como a ilusão (que induz ao erro), a verdade também não está no objeto, mas no juízo sobre ele.

Na *Dialética transcendental*, Kant identifica três tipos de ilusão, a saber: a empírica, a lógica e a ilusão transcendental. O interesse de Kant na *Crítica da razão pura* não é pela ilusão lógica nem pela ilusão empírica, isto é, aquela ilusão produzida quando as regras do entendimento em seu uso empírico sofrem influência da imaginação, desviando a capacidade de juízo (como todas as ilusões óticas, por exemplo), e sim em tratar unicamente da ilusão transcendental.

A ilusão transcendental é definida por Kant como natural e inevitável e, para demonstrar tal premissa, o autor a contrapõe com a já mencionada ilusão lógica. A ilusão lógica nada mais é do que uma falta de atenção à regra lógica e, portanto, com uma pouco mais de cautela é possível superar a ilusão

---

<sup>26</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 350-351.



causada por argumentos sofisticados. Mas a ilusão transcendental persiste mesmo depois de ter sido nitidamente identificada, enquanto a ilusão lógica pode ser eliminada completamente com um atento exame. Analisemos, por exemplo, o silogismo: “Se fosse dono da Microsoft Corporation seria bilionário. Não sou dono da Microsoft Corporation. Logo não sou bilionário”. Vemos que um argumento como esse pode ser falacioso, induzindo facilmente um leigo ao erro, visto que todas as proposições contidas nele são verdadeiras. Ora, eu poderia me tornar um homem bilionário recebendo uma herança em dinheiro ou sendo proprietário de outra grande empresa. Mas, a ilusão desse silogismo sofisticado poderá ser exposta simplesmente demonstrando que há problemas lógicos na distribuição dos termos. Se conseguir provar logicamente tal ilusão, ela desaparecerá, e ao ler novamente o silogismo já perceberei que, na verdade, não há encadeamento lógico entre as premissas e a conclusão. “A ilusão lógica”, diz Kant, “que consiste na simples imitação da forma da razão (a ilusão dos silogismos sofisticados), surge unicamente de uma falta de atenção à regra lógica. Por isso, tão logo esta é concentrada sobre o caso em questão, a ilusão desaparece completamente”<sup>27</sup>. A lógica, como escreve Lebrun, engendra uma aparência de saber quando esquece sua natureza estritamente formal para se transformar em método (*organon*), do mesmo modo quando o entendimento puro faz um uso “hiperfísico” dos princípios que ali são legitimados de modo “fisiológico”. Segundo Kant, no prefácio da primeira *Crítica*, o único interesse da lógica é expor com minúcia e rigor na demonstração as regras formais de todo pensamento, seja a priori ou empírico.

---

<sup>27</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 353.

Assim, a lógica é ilusória quando deixa sua função de cânon formal e passa a ser um *organon* para realmente produzir afirmações objetivas, produzindo ilusões e cometendo um abuso<sup>28</sup>.

Como explica Lebrun, devemos não somente refutar os erros, mas principalmente indicar a aparência de onde eles nascem. Essa descoberta e essa dissipação da aparência, escreve Kant, são um serviço prestado à verdade, bem maior do que a refutação direta dos próprios erros, “já que esta não cala a sua fonte e não se pode impedir que a mesma aparência, já que ela não é conhecida, induza novamente a erros em outros casos”<sup>29</sup>.

Com a ilusão transcendental é diferente. Escreve Kant:

A ilusão transcendental, ao contrário, não cessa, embora tenha já sido descoberta e sua nulidade tenha sido claramente discernida pela crítica transcendental. (Por exemplo, a ilusão na proposição: o mundo tem que ter um começo no tempo.) A causa disso é que em nossa razão (considerada subjetivamente como uma faculdade cognitiva humana) encontram-se regras fundamentais e máximas do seu uso, as quais possuem completamente o aspecto de princípios objetivos e pelos quais acontece que a necessidade subjetiva de uma certa conexão de nossos conceitos em benefício do entendimento é tomada por uma necessidade objetiva da determinação das coisas em si mesmas. Trata-se de uma ilusão que de modo algum pode ser evitada, assim como tampouco podemos evitar que o mar pareça mais alto no meio que na praia porque no primeiro caso vemo-lo mediante raios luminosos mais altos que no segundo, ou mais ainda, assim como o próprio astrônomo não pode evitar que a lua pareça maior, se bem que ele não seja enganado por tal ilusão<sup>30</sup>.

A ilusão transcendental e a ilusão empírica apresentam, portanto, uma semelhança: ambas não podem ser eliminadas. Assim como não podemos evitar que a lua pareça maior no horizonte ou que um bastão inserido em um copo de água se apresente quebrado aos nossos olhos, podemos ao menos

---

<sup>28</sup> CF. LEBRUN. *Kant e o fim da metafísica*, p. 68.

<sup>29</sup> KANT, *Logik*, IX, p. 56. Apud. LEBRUN. *Kant e o fim da metafísica*, p. 61.

<sup>30</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 353-354.

não nos enganar com tais ilusões. Mesmo os físicos, que conhecem muito bem as causas desses fenômenos ilusórios, não podem evitar que o bastão e a lua se apresentem do modo como esses objetos realmente são: o bastão reto e a lua em seu tamanho real. Porém, os físicos certamente não se deixam enganar por tais fenômenos ilusórios. “De modo análogo”, escreve Höffe, “o filósofo não pode fazer desaparecer a ilusão transcendental, já que a necessidade metafísica da razão referente ao incondicionado permanece. Mas pode impedir que tomemos a ilusão pelo verdadeiro e nos deixemos enganar por ela”<sup>31</sup>.

A ilusão transcendental surge quando nosso pensamento progride em direção ao incondicionado, procurando a causa primeira do condicionado dado, e crê que os resultados (como Deus, imortalidade e liberdade) sejam algo objetivamente válido. Segundo Höffe, só a crítica transcendental permite desmascarar esse pretenso conhecimento do incondicionado procurado pela metafísica.

Na verdade, faltam ao incondicionado as duas condições de conhecimento objetivo, a saber, intuição sensível e o conceito do entendimento. Dado que essas duas condições são fundamentadas só na Estética transcendental e na Analítica transcendental, é unicamente com recorrência a estas que a aparência especulativa pode ser descoberta. Enquanto os elementos constitutivos de toda experiência não estão esclarecidos metodicamente, a razão continuará seguindo seu interesse natural no conhecimento do incondicionado e se deixará levar à ilusão de poder ultrapassar o âmbito da experiência possível<sup>32</sup>.

Já que a razão tem um interesse natural pelo conhecimento do incondicionado, ela pode naturalmente se deixar enganar pela ilusão transcendental, ultrapassando o âmbito da experiência possível. Portanto, a

---

<sup>31</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p.144.

<sup>32</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p.144.

dialética transcendental contentar-se-á, escreve Kant, “em descobrir a ilusão dos juízos transcendentais e ao mesmo tempo impedir que ela engane.”<sup>33</sup>. A ilusão é a fonte positiva do erro, mas nenhum erro é inevitável. Para evitar erros, dirá Kant, temos de procurar descobrir e esclarecer a fonte dos erros, a ilusão. Em suma, a dialética transcendental é incapaz de fazer com que a ilusão desapareça, que cesse de ser uma ilusão, mas tem competência para denunciar a falsidade que nos desvia para o erro.

---

<sup>33</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 354.

## CAPÍTULO II

### 2.1 – A DEDUÇÃO METAFÍSICA E TRANSCENDENTAL DAS CATEGORIAS

Após analisar na ilusão transcendental que nenhum erro é inevitável, podemos dar lugar para um uso correto das ideias transcendentais. Para isso, devemos legitimar os conceitos da razão. Mas como defendemos que a dedução das ideias é feita em analogia com a dedução das categorias do entendimento e, visto ainda, que as categorias estão sendo comparadas a todo o momento em nosso trabalho, é de suma importância também refazermos alguns dos numerosos passos da dedução metafísica e transcendental dos conceitos puros do entendimento. Para não perdermos nosso foco em detalhes da quase imensurável bibliografia sobre esta dedução das categorias, escolhemos seguir a análise de Höffe sobre este tema, mas sem esquecer, é claro, da *Crítica*, mais precisamente na *Analítica transcendental*.

Para refazermos o caminho da dedução é importante ressaltar que Kant, primeiramente, define o entendimento como a faculdade não sensível de conhecimento, e que só cabe a sensibilidade fornecer intuições. Além de intuições, que só são adquiridas por meio da sensibilidade, conhecemos também através de conceitos. Kant distinguirá dois tipos de conceitos, os empíricos e os puros, ou categorias, ambos formados pelo entendimento. Porém, todos os conceitos “fundam-se sobre a espontaneidade do

pensamento, tal como intuições sensíveis sobre a receptividade das impressões”<sup>34</sup>. Vejamos rapidamente como Kant define os conceitos empíricos.

A intuição nos apresenta uma multiplicidade de sensações ou impressões não estruturadas que se encontram no espaço e tempo. Como explica Hölffe, as sensações necessitam de uma regra para que se transformem em um objeto determinado:

Para que as sensações não estruturadas se transformem em um objeto (objetivo), por exemplo, uma cadeira, que seja existente para qualquer um e de modo igual e sobre o qual pode comunicar com outros, requer-se uma regra. Essa é o conceito de cadeira, conforme ao qual as sensações se juntam em uma unidade de sensações em que a unidade se apresenta como determinada forma e estrutura. O conceito da cadeira indica que a aparência algo deve ter para que seja uma cadeira e não uma mesa ou um livro. É através de conceitos que um material de intuição, adquirido receptivamente, é transformado em unidade e estrutura de um objeto; os conceitos operam uma síntese (ligação) e uma determinação ao mesmo tempo<sup>35</sup>.

As regras da síntese ou da ligação não são formadas por meio de uma combinação arbitrária ou acidental, e Kant também exclui as sensações dessa finalidade, já que essas são meras impressões recebidas pela sensibilidade. Para compreender a multiplicidade dada pela intuição, é necessário o pensamento, que fará com que a realidade não seja algo desconexo e indeterminado, ou melhor, uma confusão de sensações. Quando pensamos a realidade estamos estruturando o mundo, e a espontaneidade do pensamento é que faz com que surjam os conceitos. Assim, “o pensamento não lida diretamente com a realidade; ele é discursivo, mediado por conceitos, não por

---

<sup>34</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 92.

<sup>35</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p.82-83.

intuição imediata”<sup>36</sup>. Em poucas palavras, para Kant, o entendimento é uma faculdade de pensar, e o pensamento é o conhecimento mediante conceitos. Os conceitos do entendimento são utilizados para julgar através deles. Como as representações não se referem imediatamente aos objetos, então um conceito, dirá Kant, jamais é imediatamente referido a um objeto, portanto, “o juízo é o conhecimento mediato de um objeto”<sup>37</sup>.

Partindo do exemplo dado por Höffe no que se refere aos conceitos empíricos, é importante notar que o conceito de cadeira, além de ser um conceito baseado na experiência, ele designa *qualquer* objeto que sirva para sentar do tipo *cadeira*, independentemente da sua forma ou material de fabricação. Isso significa que um conceito empírico não designa um único objeto particular, mas uma multiplicidade de objetos que divide uma característica fundamental. Portanto, “os conceitos empíricos se apóiam, quanto ao seu conteúdo, na experiência e apenas adquirem, por meio do entendimento, a forma de generalidade, através da comparação, reflexão e abstração”<sup>38</sup>.

Ao contrário dos conceitos empíricos, os conceitos puros do entendimento, ou categorias, são as condições que subjazem originalmente no sujeito, e sem elas não são possíveis a unidade conceitual da intuição dada. As categorias já são sempre pressupostas para um uso objetivo, elas são condições de possibilidade do conhecimento.

---

<sup>36</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 83.

<sup>37</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 93.

<sup>38</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 83.

Após esta rápida distinção, chegamos ao ponto importante desse nosso capítulo, a saber: expor como Kant demonstra a realidade das categorias. Começamos então com a dedução metafísica dos conceitos puros do entendimento.

Kant irá dizer que a filosofia transcendental possui a vantagem e a obrigação de procurar sistematicamente os conceitos puros do entendimento segundo um princípio comum. Kant quer, sobretudo, demonstrar como as categorias se originam do entendimento de modo puro e não mesclado com a experiência. É importante frisar que a dedução metafísica das categorias é assim chamada pelo fato da razão poder deduzí-las por si só, segundo um princípio. Este princípio pode ser descoberto nas formas de cada juízo, e as formas completas do juízo são fornecidas pela lógica formal. Para Kant, sua famosa tábua dos juízos constitui (como descreve o título da dedução metafísica das categorias) “o fio condutor do descobrimento de todos os conceitos puros do entendimento”. Utilizaremos a proposta de Höffe em reconstruir a dedução metafísica das categorias por meio de quatro passos.

O primeiro passo é entender como o entendimento cumpre sua tarefa de realizar a síntese ou uma conexão determinada de uma multiplicidade desconexa dada pela sensibilidade. Para Kant, essa conexão irá ocorrer no juízo. Höffe observa que o modelo lingüístico representa uma proposição composta de sujeito e predicado. Como podemos notar no exemplo dado pelo próprio Kant na primeira crítica, no juízo “todos os corpos são divisíveis”<sup>39</sup> diversas representações são ligadas em determinada unidade, daí temos a

---

<sup>39</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 93



divisibilidade de todos os corpos, ou seja, o conceito de divisível se referindo a diversos outros conceitos, e particularmente nesta juízo o conceito referido é o de “corpo”. Como a ligação é efetuada pelo entendimento, ele pode ser considerado não simplesmente como uma faculdade de pensar, mas sim como “faculdade de julgar”. Pensar, para Kant, é conhecer por meio de conceitos, e conclui Höffe “cada conceito é o predicado de juízos possíveis”<sup>40</sup>.

Ademais, e partindo para o segundo passo da dedução metafísica, já que a ligação dos conceitos é realizada no juízo, a forma da ligação dos conceitos nada mais é que a forma do julgar. A ligação é relacionada à experiência, porém, é independente dela, isto é, a ligação baseia-se nas formas do juízo livres de conteúdo. Pois, como explica Höffe, se para a experiência os conceitos puros do entendimento devem ser constitutivos, fato que iremos mais tarde contrapor com o uso correto das idéias transcendentais, então tem que haver um ligar (julgar) que não se deve à experiência e, mesmo assim, é imprescindível para ela. Quando seguimos a proposta de Kant de nos atentarmos à simples forma do entendimento, abstraindo do juízo todo o conteúdo<sup>41</sup>, iremos encontrar a forma das ligações.

Se o julgar é um ato do entendimento, escreve Höffe, “a forma puro do julgar, que abstrai de todos os conteúdos, inclusive os empíricos, é um produto do entendimento puro”<sup>42</sup>. As categorias correspondem às formas puras do juízo e, portanto, são descobertas, antes mesmo de serem apresentadas detalhadamente por Kant, com a ajuda apenas das formas do juízo.

---

<sup>40</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 87

<sup>41</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 95

<sup>42</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 88.

Resta a Kant buscar agora, e esse é o terceiro passo apontado por Höffe, uma lista completa de todas as formas do juízo. Esta lista é denominada tábua dos juízos, e é dela que serão retiradas todas as categorias:

De acordo com seu interesse sistemático, Kant busca uma lista completa de todas as formas do juízo, uma assim chamada tábua dos juízos, para obter dela uma lista também completa de todas as categorias, a tábua das categorias. Kant retira a tábua dos juízos – este é o *terceiro* passo da dedução metafísica – da lógica formal, já que esta completa, não obstante todos os conteúdos, somente a forma dos juízos. Kant tem a opinião de que há exatamente quatro aspectos (classes) para considerara forma do julgar (ligar) e em cada classe exatamente três, portanto, 12 formas do juízo. Cada juízo sai sob uma das três possibilidades das quatro classes do juízo e pode, portanto, ser determinado, segundo a sua forma, num sentido quádruplo<sup>43</sup>.

Vemos, assim, que Kant extrai da lógica formal a tábua dos juízos, e procura realizar sua empreitada de maneira sistemática a partir do pensamento, ou mais precisamente, da faculdade de julgar. Os critérios para dividir dos juízos é a 1) *quantidade*, 2) *qualidade*, 3) *relação* e 4) *modalidade*. Na primeira forma do juízo, há juízos *universais*, *particulares* e *singulares*. Na segunda forma, Kant encontra juízos *afirmativos*, *negativos* e *infinitivos*. Na terceira, os juízos *categóricos*, *hipotéticos* e *disjuntivos*. E, por último, na quarta forma do juízo, há os que Kant chama de *problemáticos*, *assertóricos* e *apodíticos*<sup>44</sup>. Mas é justamente nesse ponto da dedução que encontramos diversas críticas ao autor, acusando-o de não fundamentar a tábua dos juízos de modo apropriado. Sobre essas diversas críticas, Höffe faz uma pequena explanação:

---

<sup>43</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 88.

<sup>44</sup> Cf. KANT. *Crítica da razão pura*, B 95.

Desde o começo do debate em torno de Kant, é criticada a tábua dos juízos como princípio da dedução metafísica. A tábua das categorias é considerada como não fundamentada realmente, segundo a objeção especulativa de Fichte e de Hegel, ou como dependente da situação histórica da lógica ou até da estrutura do idioma de Kant, ou ao menos do tipo lingüístico, o indo-germânico, ao qual pertence o alemão. Kant propõe de fato uma tábua dos juízos que ele explica, mas não fundamenta detalhadamente, e extrai, em princípio, da lógica formal de sua época<sup>45</sup>.

Ao que parece, Höffe acusa a demonstração de Kant como sendo aleatória, mas no que se refere apenas ao terceiro passo, e por isso o autor não desqualifica a dedução em seu todo. Vejamos então o quarto passo da dedução metafísica das categorias.

De cada juízo que expomos acima (nas tábuas dos juízos) Kant irá agregar uma categoria correspondente. À primeira vista, diz Höffe, essa operação parece simples e plausível, porém, ela apresenta na verdade algumas dificuldades. Vejamos um exemplo para tentar simplificar: aos juízos hipotéticos é agregada a categoria de causalidade, temos então a proposição “se chove, então a estrada molha” e nessa relação causal são ligados ao menos dois acontecimentos entre si. Podemos também formular o juízo “a chuva molha a estrada”, porém nesse caso o não temos um juízo hipotético, de causalidade, mas sim uma afirmação categórica, e a este juízo retiramos outra categoria, a de inerência. Em ambos os casos as categorias são extraídas de juízos de relação, porém cada uma de seu respectivo juízo. Podemos simplificar como Kant agrega cada categoria a sua forma do juízo da seguinte maneira:

---

<sup>45</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 89.

- 1) Quantidade: Aos juízos universais agregamos a categoria de *unidade*. Aos juízos particulares, a categoria de *pluralidade*. Aos juízos particulares, a categoria de *totalidade*.
- 2) Qualidade: Aos juízos afirmativos agregamos a categoria de *realidade*. Aos juízos negativos, a categoria de *negação*. Aos juízos infinitivos, a categoria de *limitação*.
- 3) Relação: Aos juízos categóricos agregamos a categoria de *inerência e subsistência (substância e acidente)*. Aos juízos hipotéticos, a categoria de *causalidade e dependência (causa e efeito)*. E aos juízos disjuntivos, a categoria de *comunidade* (ação recíproca entre o agente e o paciente).
- 4) Modalidade: Aos juízos problemáticos agregamos a categoria de *possibilidade-impossibilidade*. Aos juízos assertóricos, a categoria de *existência-não-existência*. Aos juízos apodíticos, a categoria de *necessidade-contingência*.

Temos assim a tábua das doze categorias (exposta por Kant didaticamente em B 106) sendo deduzida da tábua das formas do juízo (exposta por Kant em B 95) e esta última, por sua vez, retirada da lógica formal. Essa dedução das categorias é a chamada dedução metafísica.

Após essa dedução, seguiremos nossa exposição seguindo a mesma estrutura proposta por Kant na *Crítica*. Na segunda edição da *Crítica*, a partir do parágrafo 13, da *Analítica transcendental*, o autor realiza a, considerada por muitos, espinhosa dedução transcendental das categorias. Vale notar, antes de mais nada, que entre os comentadores há uma discussão sobre as alterações

feitas por Kant da primeira edição da *Crítica*, de 1781, para a segunda, de 1787. Mas o estranhamento desses autores não gira em torno apenas das alterações de Kant feitas para a edição publicada posteriormente. No início do capítulo intitulado *Analítica dos conceitos*, quando Kant trata do que é conhecido pelos comentadores como dedução metafísica, a edição de 1787 mantém intactos os parágrafos 9 e 10, sendo inseridos mais dois parágrafos (11 e 12 da edição B). Para Wolff, por exemplo, há incoerência, na segunda edição, no que se refere à inserção desses parágrafos, e acusa a realização da passagem da dedução das tábuas dos juízos para as tábuas das categorias como feita por Kant de forma artificial<sup>46</sup>.

Outros comentadores, para evitar mal-entendidos, optam por apenas uma das edições da *Crítica* para analisar a dedução transcendental das categorias, sendo que Kant também altera todo o texto a partir do parágrafo 15 da edição B. Alguns afirmam que, apesar das alterações, Kant conserva os mesmos objetivos filosóficos, como é o caso de Andrea Faggion:

Ainda que não defendamos que a segunda versão da Dedução Transcendental, escrita para edição de 1787 da *Crítica da Razão Pura*, contenha premissas e objetivos filosoficamente distintos daqueles apresentados na versão original do argumento, contida na edição de 1781, convém que nos atenhamos, sobretudo, a esta Dedução A, porque, segundo nos parece, é no Prefácio à *Crítica da Razão Pura* escrito para a edição de 1781, e substituído em 1787, que o próprio Kant estaria colocando as maiores dificuldades para a interpretação da Dedução a ser definida aqui<sup>47</sup>.

Assim como Faggion, entendemos que as alterações feitas por Kant também não desfiguram seus objetivos e premissas. E como em nosso

---

<sup>46</sup> CF. WOLFF, R. Paul. *Kant's theory of mental activity*, p. 59-60.

<sup>47</sup> FAGGION, Andrea. *Dedução transcendental das categorias de entendimento: um debate entre ceticismo e criticismo*, p. 119.

trabalho o objetivo não é discutir se as modificações da *Crítica* alteram o ponto de fuga da obra de Kant, e sim confrontar as ideias transcendentais com as categorias, iremos nos ater apenas no modo como Kant realiza a dedução transcendental destas.

Na dedução transcendental, o objetivo de Kant é demonstrar o modo como os conceitos puros de entendimento podem se referir *a priori* a objetos.

Escreve Kant no início do parágrafo 13, da segunda edição da *Crítica*:

Todavia, dentre os vários conceitos que constituem o muito mesclado do conhecimento humano há alguns determinados ao uso puro *a priori* (inteiramente independente de toda a experiência). Esta faculdade requer sempre uma dedução pois para a legitimidade de tal uso não são suficientes provas da experiência, mas se necessita saber como estes conceitos podem se referir a objetos que não tiram de nenhuma experiência. Por conseguinte, denomino *dedução transcendental* de conceitos a explicação da maneira como estes podem referir-se *a priori* a objetos, e distingo-a da dedução *empírica* que indica a maneira como um conceito foi adquirido mediante experiência e reflexão sobre a mesma, e diz, portanto, respeito não à legitimidade, mas ao fato pelo qual a posse surgiu<sup>48</sup>.

Kant terá a árdua tarefa de demonstrar nessa dedução que sem as categorias não são possíveis os objetos e, por conseguinte, nenhuma experiência, “fato pelo qual a aplicação das categorias à experiência é justificada”<sup>49</sup>.

Como explica Höffe, há duas possibilidades para entender por que as categorias são imprescindíveis aos objetos: “ou as categorias se devem a objetos ou estes às categorias”<sup>50</sup>. Em suma, Kant irá primeiramente explicar que as categorias não podem ser derivadas da experiência. Segundo seu

---

<sup>48</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 117.

<sup>49</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 93.

<sup>50</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 93.

próprio conceito, as categorias são válidas *a priori* e todos os objetos da experiência são válidos *a posteriori*. Sendo assim, “o fundamento categorial dos objetos permanece impossível enquanto a origem das categorias é procurada no marco de uma dedução empírico-psicológica, ‘na experiência e na reflexão sobre ela’”<sup>51</sup>, como foi citado acima. Assim, conclui Kant:

Querer tentar uma dedução empírica desses conceitos seria um trabalho completamente inútil, visto que aquilo que distingue sua natureza consiste no fato de se referirem aos objetos sem terem tomado nada emprestado da experiência para sua representação. Portanto, se uma dedução deles é necessária, terá sempre de ser transcendental  
Pode-se, contudo, procurar na experiência, se não o princípio da possibilidade desses conceitos, pelo menos as causas ocasionais de sua produção. Em tal caso, as impressões dos sentidos fornecem o primeiro impulso para lhes abrir a inteira capacidade de conhecimento e constituir a experiência<sup>52</sup>.

Para Kant, então, quando muito, a experiência pode mostrar de quais “causas ocasionais” as categorias são produzidas por parte do entendimento. Kant atribui ao “famoso Locke”, em sua “derivação fisiológica” das categorias a partir das impressões sensoriais, a demonstração dos motivos pelos quais o entendimento adquire um conhecimento puro<sup>53</sup>.

Se as categorias não podem ser derivadas da experiência, resta apenas a outra possibilidade. Kant considera que o único modo admitido de uma possível dedução do conhecimento puro *a priori* seja somente o transcendental. Além de determinar essa peculiaridade da dedução das categorias, aqui também se mostra com clareza a diferença entre a dedução metafísica e transcendental dos conceitos puros do entendimento. Enquanto a

---

<sup>51</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 93.

<sup>52</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 118.

<sup>53</sup> Cf. KANT. *Crítica da razão pura*, B 118.

dedução metafísica, diz Höffe, “põe a descoberto os conceitos puros do entendimento, a dedução transcendental mostra que eles são imprescindíveis a todo conhecimento”<sup>54</sup>. As categorias são os elementos necessários de toda objetividade, são, juntamente com o espaço e tempo, condições necessárias para o conhecimento objetivo. Por isso, as categorias são válidas como constitutivas, diferentemente das ideias transcendentais que, como veremos mais tarde, não possui essa validade, uma vez que não incidem na experiência.

Os passos da demonstração das categorias se iniciam no parágrafo 15 e se prolonga até o parágrafo 27 da segunda edição da *Crítica*. Nos parágrafos 13 e 14, Kant apenas mostra o rumo da argumentação e que, baseando-se na revolução copernicana, a origem das categorias não se deve buscar nos objetos, mas no sujeito. Assim, para evitar maiores delongas, passaremos aos passos da dedução transcendental das categorias.

Höffe explica que são dois os passos na demonstração das categorias.

Escreve o autor:

No primeiro passo da demonstração (§§ 15-20), Kant mostra que a origem de toda criação de unidade reside na autoconsciência transcendental, a qual necessita das categorias para sua determinação. Enquanto o primeiro passo demonstrativo expõe o alcance das categorias – sem categorias não há conhecimento objetivo –, o segundo passo (§§ 22-27) mostra, em contestação de três objeções, os limites de sua aplicação: o valor cognitivo das categorias se limita aos objetos da experiência possível (cf. o título do § 22). O procedimento demonstrativo de Kant se complica pelo fato de que o primeiro passo é realizado “de cima”, isto é a partir do entendimento e sua atividade de conectar, e o segundo “de baixo”, ou seja, a partir da intuição empírica e sua unidade. Em nenhum lugar da dedução transcendental Kant se ocupa das diversas categorias nos seus conteúdos; a crítica de Fichte a esse respeito é correta (*Zweite Einleitung in die Wissenschaftslehre* [Segunda introdução à

---

<sup>54</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 93.



Doutrina da Ciência], 6); o único que Kant pretende demonstrar é a validade objetiva de categorias em geral<sup>55</sup>.

O primeiro passo da dedução transcendental é dividido em dois passos. Primeiramente, Kant irá afirmar que somente por meio da autoconsciência transcendental é possível que toda multiplicidade de representações alcance sua unidade e, posteriormente, mostra que a determinação necessária a essa unidade é dada apenas pelas categorias. A primeira parte desse passo é apresentada nos parágrafos 15, 16 e 17 e a segunda parte nos parágrafos 18 e 19.

Kant diz que a ligação de um múltiplo em geral jamais pode nos advir dos sentidos e, por conseguinte, tampouco pode estar ao mesmo tempo contida na forma pura da intuição sensível. Isso quer dizer que se o conhecimento consiste na conexão de uma multiplicidade em uma unidade, a conexão, ou síntese, jamais poderá ser realizada por meio dos sentidos, pois estes são meramente receptivos. Ou nas palavras de Höffe:

A conexão unificadora não nasce do objeto, mas é do sujeito e, concretamente, (1) de uma fonte de conhecimento distinta da sensibilidade, a qual (2) não é receptiva mas auto-ativa. É a espontaneidade da ação do entendimento – tal é o primeiro resultado parcial – que efetua toda síntese (B 130)<sup>56</sup>.

Kant quer provar, nesse primeiro momento, que toda e qualquer síntese repousa em uma síntese originária, fazendo as conexões do múltiplo sem depender de uma conexão superior. Essa conexão originária, portanto, subjaz previamente toda conexão e é independente de elementos empíricos. A ação

---

<sup>55</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 96.

<sup>56</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 97.

do entendimento então subjaz a todas as formas da síntese. Como explica Höffe, como a unidade originária é anterior a todas as diferentes formas de unidade, ela não pode ser idêntica à categoria da unidade, pois se encontra em um nível superior de unidade. Uma vez que as categorias estabelecem unidade de modo “pré-empírico”, “tanto mais vale isso para aquela fonte de toda unidade, a qual, por si mesma, origina a unidade categorial”<sup>57</sup>. A síntese originária é destacada como fonte de todo conhecimento, pois sem ela não há unidade, por isso essa síntese é válida não somente *a priori*, ela possui o valor de uma unidade transcendental da consciência. Enquanto unidade transcendental, diz o autor, “não efetua uma reunião concreta da multiplicidade de representações; isso acontece por meio de conceitos empíricos ou puros. Ela é condição que possibilita toda síntese empírica ou categorial”<sup>58</sup>.

Em suma, a síntese originária significa (1) que toda multiplicidade intuída deve ser conectada para passar a ser conhecimento, e que essa conexão não é dada pela intuição, mas (2) realizada pelo pensamento, no qual (3) se torna possível somente em virtude de um conectar que vai além das categorias.

Ilustra Höffe:

Em um primeiro nível do conectar, o material da intuição obtém a unidade de um conceito, por exemplo, do corpo, do peso. No segundo nível, os conceitos são conectados com a ajuda das categorias para a unidade do juízo (“o corpo é pesado”). No terceiro nível, até à unidade originada pelas categorias subjaz ainda uma comunidade e unidade, a saber, a unidade transcendental da apercepção, ou melhor, da autoconsciência<sup>59</sup>.

---

<sup>57</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 97.

<sup>58</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 98.

<sup>59</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 98.

No início do parágrafo 16, Kant irá explicar que o conhecimento dos objetos forma uma unidade indissolúvel com sua auto-relação justamente por causa da autoconsciência transcendental. Para Kant, pertence à consciência não só um objeto, mas, sobretudo, a possibilidade de estar consciente da consciência do objeto, como escreve Kant ao definir o “Eu penso”:

O *eu penso* tem que *poder* acompanhar todas as minhas representações; pois do contrário, seria representado em mim algo que não poderia de modo algum ser pensado, o que equivale dizer que a representação seria impossível ou, pelo menos para mim, não seria nada. A representação que pode ser dada antes de todo o pensamento denomina-se *intuição*. Portanto, todo o múltiplo da intuição possui uma referência necessária ao *eu penso*, no mesmo sujeito em que este múltiplo é encontrado. Esta representação, porém, é um ato de *espontaneidade*, isto é, não pode ser considerada pertencente à sensibilidade. Chamo-a *apercepção pura* para distingui-la da empírica, ou ainda *apercepção originária* por ser aquela autoconsciência que ao produzir a representação *eu penso* que tem que *poder acompanhar* todas as demais e é una e idêntica em toda consciência, não pode ser jamais acompanhada por nenhuma outra. Denomino também sua unidade de unidade *transcendental* da autoconsciência, para designar a possibilidade do conhecimento *a priori* a partir dela. Com efeito, as múltiplas representações que são dadas numa certa intuição não seriam todas representações *minhas* se não pertencessem todas a uma autoconsciência, isto é, como representação *minhas* (se bem que eu seja consciente delas como tal) precisam conformar-se à condição unicamente sob a qual *podem* reunir-se numa autoconsciência universal, pois do contrário não me pertenceriam sem exceção. Dessa ligação originária pode-se inferir muitas coisas<sup>60</sup>.

No decorrer do espinhoso parágrafo 16, Kant defende que o “eu penso” é a representação que permanece igual a si mesma em todo representar junto com seus conteúdos diversos. O “eu penso” então é irreduzível, é a “unidade sistemática originária da apercepção”. Assim, as intuições e conceitos estão submetidos a essas condições. O início do parágrafo 17 já expõe o que afirmamos:

---

<sup>60</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 132-133.

O princípio supremo da possibilidade de toda intuição com referência à sensibilidade, segundo a estética transcendental, era: todo o múltiplo da intuição está submetido às condições formais do espaço e do tempo. Com referência ao entendimento, o princípio supremo da mesma é: todo o múltiplo da intuição está submetido às condições da unidade sintética originária da apercepção<sup>61</sup>.

Como vemos, a unidade sintética originária é a condição objetiva de todo conhecimento, e não é possível nenhum conectar sem a autoconsciência transcendental. Mas mesmo o “eu penso” sendo anterior a toda experiência e aquilo que constitui a origem da unidade contida em todo o juízo, ele, assim como as ideias da razão, não pode ser conhecido, mas apenas pensado. Contudo, não cabe em nosso trabalho fazer uma análise pormenorizada sobre o “eu penso”, queremos apenas mostrar que a primeira parte dentro do primeiro passo demonstrativo nos leva a autoconsciência transcendental como origem de toda conexão da multiplicidade dada pela intuição. Já a segunda parte, utilizando as palavras de Höffe, “começa com a determinação da autoconsciência transcendental como uma unidade objetiva e culmina na tese de que a multiplicidade de uma intuição dada está necessariamente submetida a categorias”<sup>62</sup>. As categorias, na *Crítica*, se revelam como responsáveis por dar objetividade e a necessidade a uma conexão, portanto, são a condição da possibilidade de toda objetividade. Pela dedução metafísica, as categorias são vistas como conceitos puros do entendimento, ali Kant determina sua quantidade e caráter a partir das formas do juízo. Mas para não serem consideradas meros entes de pensamento, mediante dedução transcendental,

---

<sup>61</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 136.

<sup>62</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 101.

as categorias são reveladas por Kant como objetivamente válidas. Nesta dedução, o autor procura estabelecer a legitimidade desses conceitos.

Todo esse primeiro passo da dedução transcendental aqui mencionado mostra que as intuições necessitam de um pensar unificador para se tornarem conhecimento. O fundamento da unificação está no “Eu penso” transcendental, o qual precisa da determinação somente dada pelas categorias. Em poucas palavras, como diz o título do parágrafo 20, “todas as intuições sensíveis estão sob as categorias, como condições unicamente sob as quais o múltiplo delas pode reunir-se numa consciência”, isso quer dizer que além da indispensabilidade das categorias o primeiro passo da demonstração expõe também a universalidade delas para os objetos e seu conhecimento. O segundo passo irá expor que as categorias podem somente ser aplicadas para construção de uma realidade objetiva, e também neste sentido, as categorias se distinguem das ideias transcendentais.

Percebemos, então, que o procedimento completo da dedução transcendental possui numerosos passos, por isso, vale notar que é errôneo pensar que os parágrafos 22-27 da *Crítica* contêm apenas algumas explicações dos parágrafos anteriores, e nada de novo. Para nós, na primeira parte da dedução transcendental Kant expõe o alcance das categorias, mas é na segunda que ficará claro os seus limites.

O primeiro passo demonstra que todo conhecimento só é possível com a ajuda das categorias, e o segundo que o conhecimento categorial não ultrapassa o âmbito da experiência possível; além dos objetos da experiência possível não há nenhum uso das categorias<sup>63</sup>

---

<sup>63</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 106.

O parágrafo 22 se encarrega de esclarecer a peculiaridade do uso das categorias. Para realizar essa tarefa, Kant inicia o texto com um importante fato para nossa pesquisa: “*pensar* um objeto e *conhecer* um objeto não é, portanto, a mesma coisa”<sup>64</sup>. Ora, o conhecimento requer intuição e categoria, por isso, as ideias transcendentais não podem ser objetivamente usadas com a finalidade de se conhecer algo. Mas a partir dessa distinção entre o *pensar* e o *conhecer*, fica ao menos aberta, como veremos, a possibilidade de se pensar as ideias transcendentais, que não podem, portanto, serem demonstradas com o status de conhecimento objetivo.

Para nosso trabalho é importante a dedução dos conceitos puros do entendimento não porque somente com ela é que ficará claro como se produz e quais as condições de todo conhecimento objetivo, ou seja, universalmente válido. Mas principalmente porque quando mostramos que as categorias são os únicos elementos que podem ser usados com a finalidade constitutiva do conhecimento e mostramos a realidade desses conceitos, conseqüentemente deve-se discutir qual a real utilidade das ideias transcendentais, uma vez que elas não são criadas arbitrariamente. É o que discutiremos agora no próximo capítulo.

---

<sup>64</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 146.

## 2.2 – A DEDUÇÃO DAS IDEIAS DA RAZÃO E SUA NECESSIDADE PARA O CONHECIMENTO

No *Apêndice à dialética transcendental*<sup>65</sup>, principalmente na primeira parte, *Do uso regulativo das idéias da razão pura*, Kant apresenta uma saída da circunstância aporética, principalmente no que diz respeito às antinomias e a idéia de totalidade, que caracterizou a dialética da razão especulativa. Os conflitos dialéticos expostos por Kant mostram que a razão, em suas investigações metafísicas, ao invés de progredir como no conhecimento científico, se envolve em disputas intermináveis quando procura um conhecimento que transcende toda a experiência, o qual é impossível. O fracasso das especulações da razão, ilustrado, por exemplo, no conflito entre tese e antítese, deriva do desejo de conhecer objetos sem respeitar as limitações das nossas faculdades cognitivas. O resultado de todas as tentativas dialéticas da razão pura, escreve Kant, confirma que:

... todas as nossas inferências que querem conduzir-nos para além do campo da experiência possível são enganosas e infundadas, mas nos ensina ao mesmo tempo a peculiaridade de que a razão possui uma propensão natural a ultrapassar esses limites e de que as idéias transcendentais lhe são exatamente tão naturais quanto as categorias do entendimento, se bem que com a diferença de que, enquanto as últimas levam à verdade, isto é a concordância de nossos conceitos com o objeto, as primeiras produzem uma simples mas irresistível ilusão, cujo engano não se pode impedir nem através da mais aguda crítica<sup>66</sup>.

Para compreendermos esta relação idéias/categorias é preciso levar primeiramente em conta que Kant entende por ideia os conceitos necessários

---

<sup>65</sup> Doravante citado apenas como *Apêndice*.

<sup>66</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 670.

da razão ao qual não pode ser dado nenhum objeto correspondente nos sentidos. Do mesmo modo, as *idéias transcendentais* são conceitos racionais puros e, porque não há possibilidade de serem congruentes com algum objeto sensível, sejam possíveis ou reais, não podem levar à verdade<sup>67</sup>. No *Apêndice*, Kant mostrará que as idéias transcendentais não possuem um uso constitutivo, ou seja, um uso de “maneira que através delas sejam dados conceitos de certos objetos”<sup>68</sup>. Tal como o título da primeira parte do *Apêndice* sugere, Kant irá mostrar ali que as idéias devem ter um uso apenas regulativo, uso completamente distinto daquele.

As idéias da razão, como vemos durante toda a *Dialética*, são de natureza problemática. Se entendermos que delas se possam dar conceitos de certos objetos, então tais conceitos só poderão ser dialéticos, já que, como escreve Kant, “a razão jamais se refere diretamente a um objeto, mas unicamente ao entendimento e através dele ao seu próprio uso empírico”<sup>69</sup>. Ou seja, a razão é incapaz de produzir conceitos de objetos, mas pode apenas ordená-los com a intenção de encontrar uma máxima extensão possível. Se a existência das categorias do entendimento serve justamente para ser aplicada

---

<sup>67</sup> Como mostra Höffe, a *Crítica* contém uma lógica da verdade e, segundo ela, não procura o significado de verdade no sentido semântico e nem um critério, no sentido pragmático, para poder decidir quais proposições são verdadeiras. Como escreve o autor, “num sentido mais radical, a *crítica* aborda, na sua primeira parte, a possibilidade fundamental de verdade e a questão acerca do que são, em geral, objetos objetivos que permitem enunciar que uma proposição é verdadeira. Com isso, Kant recorre à definição tradicional da verdade como adequação (correspondência) do pensamento ao objeto; mostra, porém, que, conforme à revolução copernicana, o objeto não é um em-si independente do sujeito, mas é constituído somente pelas condições apriorísticas do sujeito cognoscente.” (HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p.62). Em outras palavras, por *verdade* Kant entende a concordância do conhecimento com o seu objeto, que deve, portanto, ser distintos de outros objetos.

<sup>68</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 672.

<sup>69</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 671.



a todos os objetos da experiência possível na formação de conceitos, então o conhecimento é adquirido apenas por meio de atos do entendimento que constituem uma série de condições. Não cabe a razão o papel de produzir conceitos, ela deve lidar apenas com o que o entendimento lhe fornece. A primeira vista, categorias e idéias possuem sentidos completamente antagônicos. Enquanto uma é condição para possibilidade da experiência, a outra não respeita os limites impostos pela crítica, que tanto se esforça para superar os equívocos que a metafísica tradicional pratica. Mas, por que a razão mesmo assim é induzida a formar ideias que ultrapassam a possibilidade da experiência?

Para respondermos iremos destacar a função de cada faculdade cognitiva. Como afirma Deleuze, o entendimento julga, mas a razão é que *raciocina*<sup>70</sup> (*Vernunft*). Dizer que cabe à razão raciocinar parece por demais óbvio, mas o sentido que guarda esse termo não é nada elementar. Escreve Deleuze:

Ora, de acordo com a doutrina de Aristóteles, Kant concebe o raciocínio de maneira silogística<sup>71</sup>: Sendo dado um conceito do entendimento, a razão busca um meio-termo, isto é, um outro conceito que, tomado em toda sua extensão, condiciona a atribuição do primeiro conceito a um objeto (assim, *homem* condiciona a atribuição de “mortal” a Caio)<sup>72</sup>.

---

<sup>70</sup> Cf. DELEUZE, Gilles. *Para ler Kant*, p. 32.

<sup>71</sup> Em suma, um silogismo tradicional é constituído por três proposições. A primeira é chamada de premissa maior; a segunda, de premissa menor; e a terceira, de conclusão, esta última inferida das premissas pela mediação de um termo denominado “termo médio”. A função do termo médio é ligar os extremos, termos que possuem cada uma das proposições. Sendo a função do termo médio ligar os extremos, ele deve estar nas premissas, mas nunca na conclusão. Essa ligação é a inferência ou dedução. Sem ela não há raciocínio nem demonstração. Para acompanhar os procedimentos de um silogismo é necessário encontrar o termo médio que ligará os extremos, permitindo tornar válida a conclusão.

<sup>72</sup> DELEUZE, Gilles. *Para ler Kant*, p. 32-33 (grifo do autor).

Ou seja, dado o silogismo “todo homem é mortal, Caio é homem, logo, Caio é mortal”, o termo médio buscado pela razão é *homem* e, tomado em toda sua extensão, liga a Caio o predicado de “mortal”, visto que Caio é homem. Porém, é o entendimento que primeiramente produz todos os conceitos do silogismo. Aqui, como observa Deleuze, vemos que “sem a razão, o entendimento não reuniria em um todo o conjunto de suas *démarches* relativas a um objeto”<sup>73</sup>. O entendimento julga mediante aplicação de suas categorias a objetos possíveis ou reais (como, por exemplo, no caso expresso acima “Caio é mortal”), mas é a razão que raciocina, de maneira silogística. Assim, sem a razão, não seria possível inferir uma conclusão de duas proposições.

Segundo Kant, mediante apenas o entendimento, a proposição “Caio é mortal” poderia também ser extraída apenas da experiência, sem inferir de outras proposições. Mas, o papel da razão nas suas inferências consiste na universalidade do conhecimento por conceitos, ou seja, como a experiência não garante universalidade e necessidade, mediante entendimento, o conhecimento “Caio é mortal” não seria derivado de máxima extensão e totalidade das condições, algo que é buscado pela razão.

A proposição – Caio é mortal – poderia também ser extraída por mim da experiência simplesmente mediante o entendimento. Todavia, procuro um conceito que contém a condição sob a qual é dado o predicado (asserção em geral) deste juízo (isto é, aqui o conceito de homem); e depois de ter subsumido o predicado sob essa condição, tomada em toda sua extensão (todos os homens são mortais), determino a seguir o conhecimento de meu objeto (Caio é mortal)<sup>74</sup>.

---

<sup>73</sup> DELEUZE, Gilles. *Para ler Kant*, p. 33 (grifo do autor).

<sup>74</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 379.

Através do raciocínio silogístico, o predicado “mortal” é restringido a “Caio” após tê-lo pensado anteriormente, sob uma certa condição, na premissa maior (“Todo homem é mortal”) em toda a sua extensão. Kant denomina essa grandeza de universalidade. “Esta magnitude (*Größe*) inteira da extensão em relação com uma tal condição denomina-se *universalidade (universalitas)*. A esta corresponde na síntese das intuições a *totalidade (universitas)* das condições”<sup>75</sup>.

Essa totalidade das condições diz respeito a um condicionado dado. Mas, para o conhecimento de um determinado fenômeno na natureza, a razão procura a série completa de determinações causais que o produziu. Nessa tentativa de encontrar a completude da série, a razão se depara com um grande problema, a saber: ela não encontra a causa primeira e se confronta com a certeza de, na verdade, existir uma série infinita, já que na natureza não há efeito sem causa. Sob este ponto de vista, a totalidade das condições se vê ameaçada. Diante deste problema, a solução encontrada pela razão será interromper essa busca infinita de causas empíricas, isto é, Kant nos diz que a razão estabelece um início na série causal, em outras palavras, uma causa originária que é *incondicionada*, um efeito de uma causa não empírica. Nas palavras de Kant:

Ora, visto que unicamente o *incondicionado* torna possível a totalidade das condições e que inversamente a totalidade das condições é sempre incondicionada, um conceito racional puro em geral pode ser explicado mediante o conceito de incondicionado enquanto contém um fundamento da síntese do condicionado<sup>76</sup>.

---

<sup>75</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 379.

<sup>76</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 379.

É assim que a razão, no seu interesse especulativo, é induzida a formar Idéias transcendentais. Sendo incapaz de conhecer a totalidade das condições, a razão postula um início causal fora do âmbito empírico e que não corresponde a nenhum objeto empírico para obter uma série completa de um determinado fenômeno na natureza. Escreve Deleuze:

Estas (idéias transcendentais) representam a totalidade das condições sob as quais atribui-se uma categoria de relação aos objetos da experiência possível; elas representam, portanto, algo de *incondicional*. Assim, o sujeito absoluto (Alma) em relação à categoria de substância, a série completa (Mundo) em relação à categoria de causalidade, o todo da realidade (Deus como *ens realissimum*) relativamente à comunidade<sup>77</sup>.

A razão, portanto, deve formar *Idéias* que ultrapassam a possibilidade da experiência, idéias estas que passam a ser consideradas como um conceito necessário para o próprio conhecimento objetivo. Quando Kant abre o *Apêndice* afirmando que as idéias transcendentais são tão naturais quanto as categorias do entendimento, é porque as idéias da razão se fundamentam numa forma lógica do pensamento. Ora, no que diz respeito às categorias do entendimento de relação, cada uma delas irá produzir uma idéia transcendental. Todas as relações do pensamento nos juízos são, para Kant, “a) do predicado com o sujeito, b) da razão com a consequência, c) do conhecimento dividido e dos membros reunidos da divisão entre si”<sup>78</sup>, esses juízos se referem ao conceito puro de *substância*, de *causalidade* e de *comunidade*, respectivamente<sup>79</sup>. Segundo o trecho de Deleuze citado acima, o autor menciona que por meio da primeira categoria a razão é induzida a

---

<sup>77</sup> DELEUZE, Gilles. *Para ler Kant*, p. 33 (grifo do autor).

<sup>78</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 98.

<sup>79</sup> Cf. KANT. *Crítica da razão pura*, B 106.

produzir a idéia de Alma, da segunda categoria se produz idéia de Mundo e da terceira a idéia Deus, todas elas representam uma totalidade das condições com um início *incondicionado* da série. As idéias, portanto, apesar de serem conceitos tratados pela metafísica, enraízam-se em formas silogísticas.

Neste sentido, as idéias criadas pela razão para possibilitar a totalidade das condições não possuem um uso constitutivo, pois delas não são dados conceito algum de objeto, seu uso é apenas para auxiliar o entendimento no interesse especulativo da razão. Na passagem seguinte podemos notar quão diverso e natural é o surgimento das idéias por meio dos juízos de relação (juízos categóricos para o conceito de substância, juízos hipotéticos para o conceito de causalidade e juízos disjuntivos para o conceito de comunidade).

Escreve Kant:

Ora, tantas quantas são as espécies de relação que o entendimento se representa mediante as categorias, serão também os conceitos puros da razão. Portanto, dever-se-á procurar em *primeiro lugar* um *incondicionado* da síntese *categórica* em um sujeito, em *segundo lugar* um incondicionado da síntese *hipotética* dos membros de uma série, em *terceiro lugar* um incondicionado da síntese *disjuntiva* das partes em um *sistema*. Tantas são de fato as espécies de silogismos, cada um dos quais progride mediante pró-silogismos para o incondicionado; um para o sujeito que não é mais ele o predicado, o outro para a pressuposição que não pressupõe nenhuma outra coisa; o terceiro para um agregado de membros da divisão, para os quais não se quer nada ulterior para completar a divisão de um conceito<sup>80</sup>.

Kant conclui que a razão, para progredir o conhecimento até o incondicionado, possibilitando uma unidade do conhecimento, é necessariamente induzida a produzir ideias ou conceitos puros da totalidade na síntese. Mesmo faltando um uso *in concreto*, as ideias transcendentais

---

<sup>80</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 379-380 (grifo do autor).

possuem ainda uma importante utilidade, a saber: “conduzir o entendimento em direção à qual o seu uso enquanto é ampliado ao máximo possível é ao mesmo tempo posto em perfeito acordo consigo mesmo”<sup>81</sup>.

Como Paulo R. Licht dos Santos nos atenta<sup>82</sup>, embora as idéias transcendentais sejam conceitos autênticos da razão, mas que não proporcionam o conhecimento de nenhum objeto específico, ainda assim, têm alguma validade objetiva, tal validade reside no fato de possuírem a função de princípios reguladores para sistematizar o conhecimento empírico. Mesmo assim, por mais indispensável que seja a função das ideias transcendentais para o conhecimento, sua dedução, sem sombra de dúvida, é algo anterior e muito mais importante. Por serem comparadas com os conceitos puros do entendimento, alguns comentadores reclamam pela sua dedução, já que tanto as ideias como as categorias fundam-se na forma lógica do pensamento.

Entre eles, por exemplo, encontramos Kemp Smith: “Elas (as idéias transcendentais) requerem tanto uma dedução metafísica como uma dedução transcendental. Essa exigência é preenchida (*fulfilled*) pela derivação delas a partir das três formas do silogismo e pela prova de que elas exercem uma função indispensável, ao mesmo tempo limitando e dirigindo o entendimento”<sup>83</sup>.

A comparação entre a dedução das ideias transcendentais com a dedução metafísica dos conceitos puros do entendimento, para Licht dos

---

<sup>81</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 380.

<sup>82</sup> LICHT DOS SANTOS, Paulo R. *Algumas observações sobre a Dialética Transcendental: o fim da Crítica da razão pura*, in *Studia Kantiana*, volume 6/7, 2008.

<sup>83</sup> “They demand both a metaphysical and a transcendental deduction. These requirements are fulfilled through their derivation from the three forms of syllogism, and by the proof that they exercise an indispensable function, at once limiting and directing the understanding”. SMITH, N. Kemp. *A commentary to Kant's Critique of Pure Reason*, p 426.

Santos, não é abusiva. Segundo uma passagem da *Crítica* citada pelo autor, o próprio Kant sugere tal analogia:

A analítica transcendental deu-nos um exemplo de como a mera forma lógica de nosso conhecimento pode conter *a priori* a origem de conceitos puros (...). A forma dos juízos (convertida em um conceito da síntese de intuições) produziu categorias, que dirigem todo o uso do entendimento na experiência. Do mesmo modo podemos esperar que a forma dos silogismos, se for aplicada à unidade sintética de intuições, segundo a norma das categorias, venha a conter a origem dos conceitos especiais, que podemos denominar conceitos puros da razão ou *idéias transcendentais*<sup>84</sup>.

Se a tarefa da dedução metafísica das categorias é estabelecer a origem *a priori* das categorias mediante “o seu pleno acordo com as funções lógicas universais do pensamento”<sup>85</sup>, então é precisamente uma dedução metafísica que ocorre quando, a partir das formas lógicas dos silogismos, nos propomos buscar a origem dos conceitos que são próprios da razão. Podemos afirmar, portanto, que a *Dialética transcendental* não trata, como se costuma pensar, somente dos abusos cometidos pela razão especulativa por intermédio de suas ideias, mas mostra, sobretudo, que tais ideias não são conceitos criados de maneira arbitrária e sem fundamento, elas são criadas a partir de um único princípio, o do incondicionado.

Entretanto, é preciso evitar que se cometa algum mal-entendido. Ora, atribuímos como pertencentes à razão conceitos que não têm concordância com nenhum objeto da experiência e que, por esse motivo, podem, se mal usados, provocar conceitos sofisticados ou ilusões, porém, ao mesmo tempo, são

---

<sup>84</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 377-378. Apud. LICHT DOS SANTOS, Paulo R. *Algumas observações sobre a Dialética Transcendental: o fim da Crítica da razão pura* in *Studia Kantiana*, volume 6/7, p. 136.

<sup>85</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 159.

exatamente estas ideias da razão que possibilitam o conhecimento humano. Mas esse contra-senso deixa de existir a partir do momento em que Kant estabelece dois usos para as ideias transcendentais, o constitutivo e o regulativo, que até aqui foi tratado de modo genérico. Porém, é necessário, antes de tudo, investirmos na dedução transcendental das idéias da razão para, no próximo capítulo, esclarecermos a diferença dos usos que se pode fazer dessas idéias. Realizaremos essa tarefa tendo como base a interpretação de Licht dos Santos sobre o assunto.

Como vimos anteriormente, na dedução metafísica das categorias se propõe uma dedução mediante a forma lógica dos silogismos. Quando executamos este tipo de dedução, segundo a *Crítica*<sup>86</sup>, estamos realizando uma dedução subjetiva. Portanto, derivar as idéias transcendentais a partir apenas da natureza da razão será também considerado como dedução subjetiva. Mas devemos nos perguntar: Por que é tão importante fazer uma dedução das ideias da razão? Ora, se as ideias transcendentais são tão naturais quanto as categorias do entendimento, e estas necessitam de uma dedução para delimitarmos, por exemplo, os limites e condições do conhecimento, as ideias transcendentais também necessitarão de tal dedução, pois do contrário elas poderão ser consideradas meramente como conceitos fictícios, criações arbitrárias, como o conceito de unicórnio ou qualquer outro ser mitológico. Porém, os motivos de uma dedução das ideias não são os mesmos das categorias.

---

<sup>86</sup> Cf. KANT. *Crítica da razão pura*, B 377-378.



Já foi provado, por um lado, que as ideias transcendentais são conceitos autênticos da razão, mas que, por outro, não são úteis para o *conhecer*, ou seja, jamais são de uso constitutivo e, justamente por isso, segundo o que foi afirmado no capítulo primeiro de nossa dissertação, se supera o problema da ilusão transcendental. Contudo, é exatamente nesse ponto que reside o problema.

Ora, se interpretamos a *Dialética transcendental* não apenas como uma parte da *Crítica* que coloca por terra a metafísica tradicional, mas que contém um sentido positivo ao legitimar a “metafísica especial”, então os conceitos da nova metafísica não podem ser arbitrários. Mas quando Kant diz que “as ideias transcendentais não são nunca de uso constitutivo, que por si próprio forneça conceitos de determinados objetos”<sup>87</sup> (pois se forem constitutivos serão conceitos sofísticos), então a primeira vista parece impossível uma dedução transcendental, ou pelo menos de uma dedução ao mesmo nível da dedução das categorias, pois como afirma Licht dos Santos, “não sendo ‘conceitos de determinados objetos’, elas não podem ter uma dedução *objetiva* no sentido mais próprio do termo”<sup>88</sup>. Mas o autor apresenta uma saída para esse problema. Segundo Licht dos Santos, a *Dialética* não trata apenas como falsos e enganosos os conceitos da razão também discutidos pela metafísica especial. Completa o autor:

Na verdade, o que a *Dialética* denuncia é o uso impróprio que delas (as ideias) faz o metafísico dogmático: vítima da ilusão que necessariamente adere a ela,

---

<sup>87</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 672.

<sup>88</sup> LICHT DOS SANTOS, Paulo R. *Algumas observações sobre a Dialética Transcendental: o fim da Crítica da razão pura*, in *Studia Kantiana*, volume 6/7, 2008, p.138.

o metafísico toma o que é subjetivamente necessário como conhecimento de objetos reais. A esse respeito é preciso algum cuidado: não é porque a razão é sede de uma ilusão necessária que o erro e o falso são inevitáveis ou que as ideias sejam falsas em si mesmas<sup>89</sup>.

Primeiramente, se o erro é evitável, os conceitos da razão não são ameaçados. E para salvaguardar as ideias, contornando o falso, basta definir seu uso correto. Elas não são constitutivas e por isso sua dedução transcendental, ainda que necessária, deverá ser diferente. Escreve Licht dos Santos:

Se uma dedução objetiva das ideias transcendentais não “é *propriamente* possível”, então é claro que pode haver alguma sorte de dedução objetiva, no sentido menos próprio desse termo. Mais do que isso, ela é até mesmo necessária: “Não se pode servir-se de um conceito *a priori* com segurança sem que se tenha levado a cabo a sua dedução transcendental. As ideias da razão não permitem de certo nenhuma dedução tal como a das categorias, mas ao mesmo tempo deve ter alguma validade objetiva, ainda que indeterminada, e não representar entes de pensamento meramente vazios (entia rationis ratiocinates), então uma dedução delas tem de ser totalmente possível, ainda que se distancie daquela que se empreendeu das categorias (A 669-670/ B 697-698)”<sup>90</sup>.

Vale lembrar que, na dedução transcendental das categorias, mostramos o uso legítimo dos conceitos puros do entendimento. Para isso, necessitamos, antes de tudo, estabelecer sua origem *a priori*. Para isso, tivemos que fazer uma dedução metafísica das categorias. A dedução das ideias transcendentais segue esse mesmo passo, quer dizer, “uma dedução transcendental das ideias (a dedução objetiva *sui generis*) não pode ocorrer

---

<sup>89</sup> LICHT DOS SANTOS, Paulo R. *Algumas observações sobre a Dialética Transcendental: o fim da Crítica da razão pura*, in *Studia Kantiana*, volume 6/7, 2008, p.138.

<sup>90</sup> LICHT DOS SANTOS, Paulo R. *Algumas observações sobre a Dialética Transcendental: o fim da Crítica da razão pura*, in *Studia Kantiana*, volume 6/7, 2008, p.140.

sem uma dedução metafísica (dedução subjetiva)<sup>91</sup>. Do mesmo modo como a dedução da *Analítica*, a dedução das ideias não deverá ser feita de maneira diferente. Só podemos perguntar se os conceitos possuem eventual realidade objetiva quando já se determinado um sistema de conceitos derivados de um princípio puro. Seguimos, portando, a mesma interpretação de Licht dos Santos:

O mesmo se dá na *Dialética Transcendental*: a decisão crítica acerca da presumida validade objetiva das ideias transcendentais só é efetivamente possível a partir do momento em que se tenha estabelecido a sua origem *a priori* por uma dedução metafísica. Por isso, não pode nem deve ser minimizada a importância desta dedução. De fato, sem ela, as ideias poderiam, em primeiro lugar, passar por conceitos empíricos, fundados nas coisas mesmas. Em segundo lugar, ainda que se reconhecesse que não são representações fundadas nas coisas, as ideias transcendentais poderiam passar por criações arbitrárias do espírito e, sem fundamentos nas leis da razão, deveriam ser imediatamente rejeitadas como ficções ou prejuízos<sup>92</sup>.

Uma dedução metafísica das ideias transcendentais é tão importante que sem ela nada adiantaria eliminar suas contradições ilusórias com o mundo fenomênico. Em outras palavras, a divisão entre fenômeno e coisa em si seria em vão se Kant não conferisse legitimidade aos conceitos de Deus, liberdade e imortalidade e provar que eles não são contraditórios com a causalidade sensível. Mas é por causa desse esforço de Kant que percebemos a necessidade desses conceitos e que possuem uma pretensão à objetividade.

---

<sup>91</sup> LICHT DOS SANTOS, Paulo R. *Algumas observações sobre a Dialética Transcendental: o fim da Crítica da razão pura*, in *Studia Kantiana*, volume 6/7, 2008, p.141.

<sup>92</sup> LICHT DOS SANTOS, Paulo R. *Algumas observações sobre a Dialética Transcendental: o fim da Crítica da razão pura*, in *Studia Kantiana*, volume 6/7, 2008, p.141.

Por isso negamos a interpretação de que a *Crítica* possui um aspecto eminentemente negativo, que se limita a demonstrar a impossibilidade de qualquer disciplina que pretenda conhecer o supra-sensível por meros conceitos. Segundo Licht dos Santos, apoiado no texto *Os progressos da metafísica*, Kant assinala que o fim último da crítica da razão pura é sim “a fundação de uma metafísica, no sentido mais forte desta palavra – a passagem do sensível para o supra-sensível”.

A filosofia transcendental, isto é, a doutrina da possibilidade de todo conhecimento *a priori* em geral, que é a crítica da razão pura, (...) tem como fim a fundação de uma metafísica, cujo fim, por sua vez, como fim último da razão pura, visa à extensão dos limites do sensível para o campo do supra-sensível, o que é uma ultrapassagem que, para não ser salto arriscado, tampouco uma transição contínua na mesma ordem de princípios, faz necessário no limite de ambos os domínios, uma suspeita que trave o progresso<sup>93</sup>.

Por meio dessa passagem, vemos que a prioridade de Kant não é com as ciências dos limites da razão. Todavia, mesmo interpretando que a *Crítica da razão pura* não recomenda que nos atenhamos ao sensível como “única realidade”, também temos que nos cuidar para não ver na passagem citada de *Os progressos da metafísica* uma transição do sensível para o supra-sensível, conforme Licht, mediante “mistérios da religião ou pelo conhecimento revelado”. Mas já que, como discutimos numa dedução metafísica dos conceitos da razão, cada uma das ideias transcendentais é um modo ou expressão do princípio do incondicionado, se faz necessário legitimar essas ideias, por meio de uma dedução transcendental.

---

<sup>93</sup> KANT. *Os progressos da metafísica*, XX, 272. Apud. LICHT DOS SANTOS, Paulo R. *Algumas observações sobre a Dialética Transcendental: o fim da Crítica da razão pura* in *Studia Kantiana*, volume 6/7, p. 149.

Suspender o saber para dar lugar a crença está descartado por Kant. Mas, quando escolhemos investir nossas forças não em um conhecimento teórico, mas sim em outro tipo de “conhecimento”, aquele que ultrapassa os limites da experiência, Kant tem muito claro seu objetivo: procurar um “conhecimento prático-dogmático e um saber da constituição do objeto [supra-sensível], na plena renúncia a um conhecimento teórico”<sup>94</sup>.

Segundo Licht, esta sugestão prudente de Kant mostra que a metafísica procura a passagem do sensível para o supra-sensível, mas se torna saber (“conhecimento prático-dogmático”) “por meio da filosofia prática, que, fundada na lei moral como *ratio cosnoscendi* da liberdade, confere ‘realidade objetiva’ às idéias transcendentais”<sup>95</sup>. Ou nas palavras de Kant:

O conceito de liberdade, na medida em que sua realidade é demonstrada por uma lei apodítica da razão prática, constitui a *pedra angular* de todo o edifício de *um* sistema da razão pura, mesmo da razão especulativa, e todos os outros conceitos (o de Deus e da imortalidade) que, sendo meras ideias, permanecem nesta sem apoio, conectam-se com o conceito de liberdade e adquirem a consistência e realidade objetiva com ele através dele, isto é, revela-se mediante a lei moral<sup>96</sup>.

Em outras palavras, o conceito de liberdade revelado pela lei moral, faz a ultrapassagem do sensível para o supra-sensível, além disso, garante a realidade dos demais conceitos puros da razão, o que consiste na dedução

---

<sup>94</sup> KANT. *Os progressos da metafísica*, XX, 297. Apud. LICHT DOS SANTOS, Paulo R. *Algumas observações sobre a Dialética Transcendental: o fim da Crítica da razão pura* in *Studia Kantiana*, volume 6/7, p. 151.

<sup>95</sup> LICHT DOS SANTOS, Paulo R. *Algumas observações sobre a Dialética Transcendental: o fim da Crítica da razão pura*, in *Studia Kantiana*, volume 6/7, 2008, p.151.

<sup>96</sup> KANT. *Os progressos da metafísica*, IV, 3. Apud. LICHT DOS SANTOS, Paulo R. *Algumas observações sobre a Dialética Transcendental: o fim da Crítica da razão pura* in *Studia Kantiana*, volume 6/7, p. 151.

transcendental das ideias. Assim, quando o conceito de liberdade possibilita um conhecimento “prático-dogmático” possibilita certa validade objetiva para as ideias transcendentais. Mas esses passos da dedução transcendental das ideias, só ficam realmente claros na obra *Os progressos da metafísica*, e assim como Licht dos Santos defendemos que é quase impossível analisar até que ponto essa obra pode ser considerada uma continuidade da primeira *Crítica*, ou até que ponto podemos perceber uma ruptura entre elas. O que nos resta agora é mostrar que para o edifício do todo sistemático se manter em pé, deve-se esclarecer melhor de que modo as ideias da razão, em seu uso não constitutivo, mas sim regulativo, auxilia o entendimento na produção do conhecimento na *Crítica*, em seu interesse pela totalidade das condições.

## CAPÍTULO III

### 3.1 – O USO REGULATIVO DAS IDÉIAS DA RAZÃO

Apesar de apenas na primeira parte do *Apêndice* Kant dedicar um capítulo exclusivamente para uso regulativo das idéias da razão, a definição de tal uso já havia sido estabelecida em outros momentos da *Dialética*. Na seção oitava da *Antinomia da razão pura*, por exemplo, Kant o define como um princípio da razão “que, *enquanto regra*, postula o que devemos fazer no regresso, mas que *não antecipa* o que *no objeto* é dado em si, antes de todo regresso”<sup>97</sup>. Nesta seção, Kant mostrará que num mundo dos sentidos não é dado nenhum máximo (*Maximum*) da série de condições, embora possa ser imposto no regresso desta mesma série.

No espaço e tempo a exposição dos fenômenos nos é dada de maneira condicionada, isto ocorre porque, como escreve Kant, “estes fenômenos não são objetos em si mesmos nos quais, em todos os casos, se pudesse encontrar o absolutamente incondicionado, mas sim meramente representações empíricas que sempre têm que encontrar na intuição aquela condição que os determina segundo o espaço ou o tempo”<sup>98</sup>. Assim, mediante um princípio cosmológico da totalidade não encontramos nenhuma experiência que seja absolutamente<sup>99</sup> incondicionada empiricamente, logo, nenhuma

---

<sup>97</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 537 (grifo do autor).

<sup>98</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 536.

<sup>99</sup> A explicação do conceito de *absoluto*, em Kant, encontra-se no livro primeiro da *Dialética Transcendental*, mais precisamente em B 381. Lá Kant sentirá a necessidade de definir o *absoluto* devido, segundo ele, a uma ambigüidade existente no conceito, ambigüidade esta provocada pelo abuso que por muito tempo fizeram ao utilizá-lo. A ambigüidade envolve dois usos do termo. O primeiro refere-se à possibilidade interna: Neste uso, *absoluto* passa a ser “um conceito usado para indicar simplesmente que

totalidade das condições. Tal princípio, portanto, se apresenta como um problema sem solução para o entendimento, pois dado em si mesmo nos objetos fenomênicos ele se torna um princípio cosmológico com intenções de caráter constitutivo, o que é impossível realizar quando se trata de algo (o incondicionado) que está fora de nossa intuição, que é apenas empírica.

Assim, a razão postula outro princípio que é mais propriamente uma regra. Esta regra prescreve na série de condições de fenômenos dados apenas um regresso ao qual não é permitido se deter num absolutamente incondicionado. Escreve Kant:

Ele não é, pois, um principium da possibilidade da experiência e do conhecimento empírico dos objetos dos sentidos, portanto, nenhum princípio do entendimento, pois toda a experiência está confinada a seus próprios limites (conforme a intuição dada); também não se trata de um princípio constitutivo da razão que nos permite ampliar o conceito de mundo dos sentidos para além de toda experiência possível, mas sim de um princípio da continuação e ampliação

---

algo é considerado com respeito a uma coisa *em sim mesma* e que, portanto, possui um valor *intrínseco*". Aqui, aquilo que é *absolutamente possível* passa a significar que algo é possível internamente (*interne*) em si mesmo, sendo, deste modo, o *mínimo* que se pode dizer acerca do objeto. O segundo uso feito do termo, diz respeito ao absoluto enquanto termo que pode ser usado *sob todas as relações*. Neste sentido, o que é *absolutamente possível* passa a significar que algo é possível em todos os sentidos e, ao contrário do primeiro uso, isso é o *máximo* que pode ser dito acerca da possibilidade de uma coisa. Porém, explica Kant, essas significações às vezes coincidem: "Assim, por exemplo, o que é internamente impossível é também em toda relação, por conseguinte, absolutamente impossível". Em outros casos, tais significações são completamente distintas e, diz Kant, "não posso de maneira alguma concluir que pelo fato de algo ser em si mesmo possível, seja-o também em toda a relação, por conseguinte, absolutamente". Kant opta pela segunda e mais ampla acepção de absoluto, pois, segundo ele, a primeira acepção carece de restrições, como explica Kant: "se o contrário de uma coisa é internamente impossível, tal contrário é certamente impossível também sob todos os aspectos, por conseguinte, tal coisa é ela mesma absolutamente necessária. Mas não posso concluir inversamente que o contrário do que é absolutamente necessário seja *internamente* impossível, isto é, que a absoluta necessidade das coisas seja uma necessidade *interna*, pois esta necessidade interna é em certos casos uma expressão totalmente vazia com a qual não podemos ligar o mínimo conceito; ao contrário, a expressão necessidade de uma coisa em todas as relações (com respeito a todo possível) implica determinações inteiramente peculiares". Ou seja, a segunda acepção de absoluto, para Kant, ainda está restringido a condições.



maior possíveis da experiência e segundo o qual *nenhum limite empírico deve valer como absoluto*<sup>100</sup>.

Primeiramente, aqui Kant distingue princípios constitutivos dos regulativos, enquanto os primeiros são próprios do entendimento e usados para ampliar o conhecimento, os últimos são apenas regras, que “não pode nos dizer o que o objeto é, mas sim como se deve executar o regresso empírico para atingir o conceito completo do objeto”<sup>101</sup>. Vale lembrar que um princípio constitutivo é impossível a partir da razão pura, já que esta, quando quer conhecer, lida somente com o que o entendimento fornece. A razão, sozinha, jamais constituirá qualquer conhecimento objetivamente válido. Conclui-se então que um princípio da razão não poderá fornecer uma totalidade incondicionada como objeto de conhecimento. E, embora seja próprio do entendimento princípios constitutivos, este, por sua vez, também não poderá fornecer essa totalidade, pois o incondicionado não está ao seu alcance.

Mas, como vimos, tantas espécies de silogismos nos remetem para o incondicionado: “um para o sujeito que não é mais ele mesmo predicado; o outro para a pressuposição que não pressupõe nenhuma outra coisa; o terceiro para um agregado de membros da divisão, para os quais não se requer nada ulterior para completar a divisão de um conceito”<sup>102</sup>. Esses conceitos que surgem da forma lógica do pensamento são legítimos e necessários para progredir o conhecimento, e Kant afirma que, mesmo não possuindo um uso adequado *in concreto* ou constitutivo, ainda assim auxiliam o entendimento a ampliar seu uso. Deste modo, podemos afirmar que mediante formas lógicas

---

<sup>100</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 537 (grifo nosso).

<sup>101</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 537 (grifo do autor).

<sup>102</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 379-380.

surgem os conceitos da razão que possibilitam a totalidade do mundo, conceitos necessários para o conhecimento. “O conceito transcendental da razão sempre se refere apenas à totalidade absoluta na síntese das condições e jamais termina senão no incondicionado”<sup>103</sup>. Então parece que aqui há um contra-senso. Ora, o incondicionado dado é imprescindível para a ampliação do conhecimento, porém a totalidade da série (que exige um início não condicionado) não pode ser dado como objeto nem pelo entendimento (pois está sempre limitado a uma série causal infinita) nem pela razão (já que não cabe a esta o conhecimento objetivo). Para resolver esse problema, devemos, primeiro, ressaltar que a totalidade absoluta dos fenômenos é necessária, mas também é simples idéia e, justamente por isso, não pode ser dada como objeto de conhecimento. Em segundo lugar, um limite empírico não deve valer como absoluto.

O princípio regulativo resolve justamente esse problema dialético. Assim, Kant indica a nulidade do princípio cosmológico constitutivo, que pretende fornecer a totalidade absoluta da série de condições enquanto dado em si mesmo no objeto, para depois mostrar que o importante não é indicar através da regressão a grandeza da série, nem tampouco estabelecer toda a série mediante uma causa inicial absoluta e incondicionada. Para Kant, o que importa é saber onde devemos cessar o regresso empírico.

Kant passa a se empenhar em determinar o sentido desta regra da razão pura, ou melhor, em que exatamente consiste o princípio regulativo da razão com respeito às idéias cosmológicas.

---

<sup>103</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 382.

A razão prescreve uma regra para atingir o conceito completo do objeto. Já que essa regra não pode ser considerada como um princípio constitutivo, diz Kant, “de modo algum, pois, pode se ter o propósito de com isto dizer que a série das condições para um condicionado dado seja em si ou finita ou infinita”.<sup>104</sup> E essa regra, portanto, não nos pode dar a totalidade absoluta, pois se assim fosse a razão tentaria conceber um objeto que não poderia ser dado em nenhuma experiência, pois a síntese de uma série nunca é completa nesta.

Interessante notar que, para Kant, o progresso da cadeia causal não necessita de uma totalidade absoluta como condição. Tanto a expressão *progressus in infinitum* como a expressão *progressus in indefinitum* prescindem dessa condição. Em consequência disso, o princípio regulativo das idéias da razão adquire um uso peculiar, a saber: é necessário apenas para a regressão na série das condições. Explica Kant:

Pode-se com direito afirmar de uma linha reta que ela pode ser prolongada ao infinito; neste caso, a distinção de um infinito e de um progresso indeterminavelmente longo (*progressus in indefinitum*) constituiria uma sutileza vazia. Com efeito, quando se diz a alguém para traçar uma linha é certamente mais correto completar tal ordem com um *indefinitum* do que com um *infinitum*, visto que o primeiro nada mais significa do que prolongá-lo tanto quanto se *queira*, ao passo que o segundo indicada que jamais se *deve* parar de prolongá-la (justamente o que aqui não é tencionado); pois, quando se fala unicamente do *poder*, a primeira expressão é totalmente correta, já que a linha é sempre factível de ser prolongada ao infinito. E a mesma coisa também ocorre em todos os casos em que se trata somente do *progressus*, isto é, do avanço da condição ao condicionado; na série de fenômenos, esse progresso possível marcha ao infinito. A partir de um par de genitores é possível progredir sem fim a linha descendente de geração, bem como também conceber que esta linha realmente progride assim no mundo. Com efeito, neste caso a razão nunca requer uma totalidade absoluta da série porque ela não pressupõe uma tal totalidade como condição e como dado (*datum*), mas sim unicamente como algo condicionado que só é dável (*dabile*) e que é adicionado sem fim<sup>105</sup>.

---

<sup>104</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 538.

<sup>105</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 539-540.

Ou seja, quando se fala do progresso ou das conseqüências de uma condição dada, a série não exigirá que se pressuponha uma totalidade como condição, pois daquilo que foi dado inicialmente pode-se pensar em uma possível adição de conseqüências *ad infinitum* ou, o que é mais indicado a se fazer, adicionar até onde se queira, independentemente do início dado, já que este não é investigado. Até onde posso chegar com a progressão da série não é questionável nem talvez um problema para a razão.

Já quando ascendemos na série, algo totalmente inverso ocorre, pois o que está em questão é até que ponto se deve regredir numa série. Sobre o *regressus in infinitum* e *regressus in indefinitum*, escreve Kant:

...afirmo que, se o todo foi dado na intuição empírica, então o regresso na série das suas condições internas se estende ao infinito; se, no entanto, só foi dado um membro da série a partir do qual o regresso deve primeiramente progredir para a totalidade absoluta, então só ocorre um regresso de uma extensão indeterminada (*indefinitum*)<sup>106</sup>.

No que diz respeito ao regresso infinito, podemos utilizar o exemplo da divisibilidade da matéria para explicar o que Kant acima nos diz. Um objeto material é dado como um todo na intuição empírica e com todas as suas partes possíveis. A condição do todo da matéria são as suas partes que, por sua vez, possuem outras partes como condição, por isso a divisão da matéria corpórea se estende até o infinito, e neste regresso da decomposição jamais se encontrará um membro incondicionado, isto é, indivisível. Por esse motivo, podemos afirmar que, primeiro, é impossível encontrar um fundamento

---

<sup>106</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 540-541.

empírico para cessar a divisão e, segundo, as partes mais distantes desta divisão contínua são dados empiricamente antes da própria divisão.

Já para explicar o que Kant afirma sobre o *regressus in indefinitum*, podemos nos utilizar do exemplo da série dos ancestrais. Para todos os homens a série de seus ancestrais nunca é dada como um todo absoluto na experiência. No entanto, escreve Kant, “o regresso vai de cada membro desta geração a um mais elevado, de forma que não pode ser encontrado um limite empírico que apresente um membro como absolutamente incondicionado”<sup>107</sup>. Mas o regresso não se estende até o infinito porque os membros que poderiam fornecer essa condição não residem na intuição empírica do todo antes do regresso. Então a regressão se estende de maneira indeterminável, procurando membros adicionais aos membros dados.

Em outras palavras, se o todo for dado empiricamente, como, por exemplo, o corpo de um determinado objeto sensível, a divisão de tal objeto poderá ser estendida *ad infinitum*. Se, por outro lado, o todo não for dado empiricamente, mas for dado apenas um membro de uma série do qual a partir desse membro o regresso irá iniciar, então o regresso será indeterminado. No primeiro caso, Kant diz que sempre haverá mais membros empiricamente dados do que conseguimos atingir no regresso e, no segundo caso, Kant afirma que podemos ir sempre mais longe no regresso, “já que nenhum membro é empiricamente dado como absolutamente incondicionado, o que

---

<sup>107</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 541.

admite, pois, um membro ainda mais elevado como possível e, portanto, a perquirição pelo mesmo como necessária.”<sup>108</sup>

Para Kant, o princípio regulativo enquanto regra, quando entendido corretamente, nunca poderá nos dar o que é o objeto com que se ocupa a razão dialética. Em nenhum dos casos de regresso (*regressus in infinitum* e o *regressus in indefinitum*) a série de condições é vista como dada infinitamente no objeto. Diz Kant:

Não se trata de coisas que são em si mesmas, mas sim unicamente de fenômenos que, enquanto condições um do outro, só são dados no próprio regresso. A pergunta não se refere mais, pois, a quão grande esta série de condições é em si mesma, se finita ou infinita, pois ela nada é em si mesma, mas sim a como devemos levar a cabo o regresso empírico e até onde devemos prosseguir com o mesmo<sup>109</sup>.

Assim, já que o problema não é saber sobre a grandeza da série, mas sim onde devemos ir, Antonio Marques nos atenta que, de qualquer maneira, “quer se trate de um *regressus in infinitum*, quer de um *regressus in indefinitum*, nunca o sujeito poderá pretender que a regra sirva para que a totalidade incondicionada lhe seja dada como objeto”<sup>110</sup>. O máximo é imposto no regresso, porém não é em si mesmo dado nos sentidos. Como o regresso nunca será completo empiricamente, o uso regulativo possuirá uma aplicação obviamente metafísica, já que sua origem é de idéias de natureza igualmente metafísica.

---

<sup>108</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 542.

<sup>109</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 542.

<sup>110</sup> MARQUES, Antonio. *Organismo e sistema em Kant: ensaio sobre o sistema kantiano*, p. 77.

A idéia do incondicionado, cuja origem e aplicação metafísica é usada para estabelecer a idéia do todo do mundo, é, portanto, apenas pensável, mas não é conhecível. Deste modo, a idéia de um ser supremo, enquanto idéia transcendental, também nos serve como um bom exemplo para esclarecer o sentido de um princípio regulativo.

Deus não é um objeto fenomênico e, por isso, não é dada em nossa intuição a representação desse conceito. Já que um ser supremo não passa de uma idéia transcendental da nossa razão pura e sem nenhum correlato com objetos empíricos, então posso somente fazer um uso metafísico dessa idéia, isto é, me é permitido apenas converter a idéia de Deus, enquanto idéia da razão, em um princípio com a finalidade de conceber o todo absoluto. Neste caso, não tomo idéias transcendentais por idéias transcendentes, pois não estou tentando aplicar esse princípio da razão dentro dos limites de uma experiência, já que isso seria impossível. Posso tomar somente a idéia de um ser supremo para conceber um todo pensável, ou seja, converter essa idéia factível de ter um uso dialético em um princípio regulativo.

É exatamente isso que Kant irá mostrar após refutar a impossibilidade de uma prova cosmológica da existência de Deus. O argumento de Kant se inicia mostrando que se se supõe que algo necessariamente existe, então algo como consequência irá necessariamente existir. Assim, o conceito da existência de algo jamais é representado como absolutamente necessário em si mesmo, pois se o conceito é necessário, então esse é sempre necessário em relação ao que existe em geral. Já se pensarmos algo como necessário em si, nada nos irá impedir de pensar a possibilidade da não existência desse

conceito. Do mesmo modo como acontece com a divisibilidade da matéria, por exemplo, jamais completaremos o retrocesso às condições da existência sem admitir em pensamento um ente necessário que garanta o início da série causal. Se tivermos que considerar tudo o que percebemos nas coisas como condicionalmente necessário então nada que possa ser dado empiricamente pode ser tomado como absolutamente necessário. Mas a razão pode sem contradição suprimir a existência de um ente absolutamente necessário pelo pensamento.

Sobre isso escreve Kant:

... o ideal do ente supremo não é mais que um *princípio regulativo* da razão para considerar toda ligação do mundo tal *como se* surgisse da causa necessária mais suficiente de todas, a fim de na explicação dos fenômenos fundar sobre ela a regra de uma unidade sistemática e necessária segundo leis universais, e, portanto, não é uma afirmação de uma existência necessária em si<sup>111</sup>.

Um ser supremo tem um uso pensável e que não se situa no âmbito do conhecimento. Segundo Antonio Marques, essa aplicação da idéia de um ser supremo como uma causa necessária é claramente metafísica, mas segundo ele, as idéias da razão têm também um uso lógico. Escreve o Marques:

A sua aplicação ao “múltiplo dos conceitos” com o objetivo unitário e sistemático tem, neste sentido, a função de um *focus imaginarius*, ou seja um ponto ideal de onde os conceitos podem ser olhados como dotados de uma certa organização, sem, no entanto, procederem dele diretamente. Ponto ideal que conduz a uma metodologia da organização, isto é, *como se* esta emanasse, em si, de uma causa absolutamente necessária. Efetivamente, no caráter ideal (não real) desse *focus* e no seu uso hipotético (como se)

---

<sup>111</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 647 (grifo do autor).



concentra-se toda carga lógica necessária ao pensamento de um todo sistemático organizado<sup>112</sup>.

De um ponto de vista não somente metafísico, a idéia de totalidade, segundo Marques, parece cobrar uma função lógica, que visa uma certa organização no todo sistemático. Assim, mediante o princípio regulativo, a razão não exige apenas a totalidade de conhecimentos, mas também uma totalidade sistematicamente organizada. Para a defesa de tal tese, Antonio Marques se baseia em passagens como esta do *Apêndice*: “Tal idéia postula por isso uma unidade completa do conhecimento do entendimento; graças a essa unidade, o conhecimento não se torna simplesmente um agregado contingente, mas um sistema interconectado segundo leis necessárias”<sup>113</sup>.

Segundo Kant, embora as idéias transcendentais sejam apenas esse *focus imaginarius*, isto é, “um ponto do qual realmente não partem os conceitos de entendimento na medida em que se situa totalmente fora dos limites da experiência possível”<sup>114</sup>, o uso regulativo das idéias transcendentais serve para, de um ponto de vista metafísico, propiciar a totalidade da experiência e, de um ponto de vista lógico, para que essa totalidade seja sistematicamente organizada. Devemos, pois, apenas evitar a ilusão de que a totalidade seja efetivada a partir de um objeto (seja Alma, Mundo ou Deus como *ens realissimum*) que, mesmo estando fora do campo do conhecimento, aja de maneira que determine os objetos sensíveis. As idéias da razão possuem, portanto, um uso legítimo, como um princípio regulativo que auxilia o

---

<sup>112</sup> MARQUES, Antonio. *Organismo e sistema em Kant: ensaio sobre o sistema kantiano*, p. 78 (grifo do autor).

<sup>113</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 673.

<sup>114</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 672.

entendimento a conhecer, mas também podem ter um uso ilegítimo, como conceito utilizado de modo errôneo, a saber, como princípio causal do mundo fenomênico e, conseqüentemente, como um conceito com a pretensão de ser válido objetivamente.

### 3.2 – UNIDADE E SISTEMATICIDADE DO CONHECIMENTO

A bivalência que Antonio Marques atribuiu ao uso regulativo das idéias da razão tem, portanto, duas funções: uma metafísica, que versa sobre *como* e *até onde* a regressão empírica deve ir, e outra lógica, essa, por sua vez, com o objetivo de tornar unitário e sistemático os conhecimentos adquiridos. É dessa perspectiva de unidade e sistematicidade do conhecimento que trataremos agora.

“A idéia de uma totalidade dos conhecimentos do entendimento, escreve Marques, parece cobrar uma função lógica positiva, enquanto postulado, visando objetos sistemáticos”<sup>115</sup>. Para Kant, o conhecimento constituído por meio das categorias do entendimento proporciona um saber objetivo, porém não efetua a conexão sistemática do saber em uma ciência. Somente quando nos deixamos guiar por representações de um todo absoluto, ou seja, por idéias da razão, alcançamos então tal conexão. Isso significa que a forma de um todo absoluto do conhecimento deve preceder o conhecimento de cada parte que irá compor esse todo, uma vez que nos guiamos pela representação

---

<sup>115</sup> MARQUES, Antonio. *Organismo e sistema em Kant: ensaio sobre o sistema kantiano*, p. 78. Ou nas palavras de Kant: “Tal idéia postula uma unidade completa do conhecimento do entendimento; graças a essa unidade, o conhecimento não se torna simplesmente um agregado contingente, mas um sistema interconectado segundo leis necessárias” (KANT. *Crítica da razão pura*, B 673).

dele<sup>116</sup>. Do mesmo modo, o lugar de cada parte no todo e a sua relação com as demais, isto é, a articulação entre partes, também será pressuposta pela razão primeiramente como idéia. Essa idéia postula uma unidade completa do conhecimento e, graças a essa unidade, dirá Kant, “o conhecimento não se torna simplesmente um agregado contingente, mas um sistema interconectado”.

Como explica Höffe, os conhecimentos que adquirimos na experiência são, através das idéias, orientados a compor o todo absoluto, cujo objetivo é a máxima unidade dos compostos da totalidade e a máxima expansão do conhecimento. A idéia irá trabalhar, portanto, com os conhecimentos empíricos adquiridos. Contudo, por se tratar de idéias, seu sentido jamais poderá ser *constitutivo*, mas apenas *regulativo*. Escreve o autor:

Por meio das idéias, os conceitos e enunciados obtidos na experiência são orientados à completude. A orientação tem duas direções opostas: *a máxima unidade de um todo composto segundo leis necessárias e a máxima expansão na multiplicidade dos objetos*.

A dupla completude, a unidade e a expansão do conhecimento, é realizada só através da experiência, sem a combinação da sensibilidade e do entendimento não há objetos reais. Por isso as idéias da razão não têm um sentido constitutivo, mas regulativo. Não contribuem em nada ao conhecimento propriamente dito. Apesar disso, as idéias não são inventadas pela filosofia, mas, ao que parece, <são> imprescindíveis para uma autêntica compreensão das ciências. Pois as ciências buscam não só a verdade, mas também a unidade sistemática e a maior multiplicidade possível do conhecimento<sup>117</sup>.

Isso significa que não basta o conhecimento objetivo ser apenas verdadeiro, é importante que ele também evite em se tornar um agregado desorganizado e sem relação com os demais conhecimentos. Por isso as

---

<sup>116</sup> Cf. KANT. *Crítica da razão pura*, B 673.

<sup>117</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p.175-176 (grifo nosso).

idéias são indispensáveis para a razão. E embora a razão necessite de entendimento e sensibilidade para a formação de objetos reais, a idéia (esse *focus imaginarius* que se encontra fora dos limites da experiência e que é um ponto de onde na realidade não partem os conceitos do entendimento) será útil justamente para propiciar aos conceitos do entendimento a máxima unidade ao lado da máxima extensão<sup>118</sup>.

Como exemplo disso, Höffe, com o objetivo de também mostrar que a doutrina kantiana do uso regulativo das idéias da razão não é inserida artificialmente na investigação científica, propõe uma rápida olhada na história das ciências. Os cientistas, segundo o autor, tentam explicar a variedade de forças físicas com base em poucos elementos ou, se possível, a partir de um único elemento. Podemos citar como exemplo um caso razoavelmente recente, a saber, a equação de Einstein  $E = m \times c^2$ ; através dela, os físicos reduziram a variedade das suas substâncias a apenas duas formas fenomênicas, massa (m) e energia (e), onde uma se transforma na outra por meio de “c”, velocidade da luz<sup>119</sup>. Os cientistas pretendem “reunir experiências particulares em teorias gerais e unitárias, em relações coerentes de fundamentação e explicação”<sup>120</sup>. Sobre esse tema, ainda podemos ler:

... os biólogos tentam explicar a multiplicidade dos processos vitais a partir de processos bioquímicos básicos, igualmente válidos para todos os seres vivos, para o homem, o animal e as plantas. Também os psicólogos procuram elementos gerais com a ajuda dos quais eles tentam entender, a partir dos princípios elementares, a grande variedade dos fenômenos psíquicos (impulsos, necessidades e paixões, interesses, esperanças) e referi-los a uma pessoa idêntica. E também os economistas e sociólogos tratam de reduzir seus

---

<sup>118</sup> Cf. KANT. *Crítica da razão pura*, B 672.

<sup>119</sup> Cf. HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 176.

<sup>120</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 177.

fenômenos a conceitos e forças propulsoras fundamentais, por exemplo, à lei da oferta e da procura ou a uma “redução da complexidade” (Luhmann)<sup>121</sup>.

Além de buscar a unidade do conhecimento, tentando reduzir os conhecimentos de cada ciência em regras simples, os cientistas procuram descobrir novos fenômenos tanto no mundo natural quanto no mundo social. É desta maneira que a ciência estima essencialmente a unidade sistemática e a multiplicidade e variedade dos objetos do conhecimento. O uso regulativo das idéias da razão viabilizará, afirma Höffe, unidade e expansão dos múltiplos conhecimentos em todas as áreas da ciência, através da reunião das disciplinas experimentais (e por isso a importância do entendimento e sensibilidade) juntamente com as ciências teóricas, numa complementação mútua.

Porém, isso não quer dizer que devamos nos orientar a partir da natureza para formar os conceitos da razão; “antes, diz Kant, nós interrogamos a natureza segundo essas idéias e consideramos o nosso conhecimento defeituoso enquanto não lhes for adequado”<sup>122</sup>. Além do mais, muitas vezes conceitos que atribuímos à natureza não são fornecidos por ela; é o caso da *terra pura*, *água pura* e *ar puro*, conceitos da natureza que dificilmente encontramos no mundo fenomênico. A idéia de *pureza* possui sua origem apenas na razão, mas a razão, afirma Kant, necessita desses conceitos para “determinar convenientemente a participação que cada uma dessas causas naturais possui no fenômeno”<sup>123</sup>. A razão reduzirá a matéria em componentes cada vez mais puros e mais simples, esse processo irá auxiliar na investigação

---

<sup>121</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 176-177.

<sup>122</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 673-674

<sup>123</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 674.

da natureza, fazendo com que a razão não se perca com a diversidade dos elementos encontrados na matéria.

Neste sentido, Antonio Marques destaca o caráter efetivamente lógico e necessário da idéia enquanto princípio que postula a unidade:

Basta atentar nalguns exemplos encontrados na investigação da natureza para se confirmar, não só esse caráter lógico, mas também necessário, que qualquer investigador da natureza imprime à sua pesquisa racional. Por exemplo, será fácil admitir que qualquer substância no estado puro (água, ar) é praticamente impossível de se encontrar. No entanto, o cientista utiliza-os como conceitos-instrumento que, logicamente, o orientam na multiplicidade infinita das substâncias que, sob forma impura ou composta, se apresentam como labirinto onde a razão corre o risco de se perder. Assim, reduz-se todas as matérias às terras (de igual modo o simples peso), aos sais e seres combustíveis (como a força), finalmente à luz e ao ser enquanto veículos (ou à maneira de máquinas) por meio dos quais os elementos precedentes atuam, “para explicar as ações, químicas das matérias entre si, segundo a lei de um mecanismo”<sup>124</sup>.

As substâncias em estado puro não estão fundadas em intuições *a priori* ou empíricas, suas representações são apenas idéias que transcendem a possibilidade da experiência. A realidade objetiva, *in concreto*, dessas substâncias jamais é atingida, no máximo chega a algo aproximado. Assim, voltamos ao mesmo ponto que já destacamos: seu uso é apenas *regulativo*. Por isso são conceitos-instrumentos que ajudam a *ordenar* o conhecimento, a produzir uma unidade sistemática do conhecimento e maior expansão possível.

Mas como a razão postula a idéia de uma universalidade e, a partir de alguns casos dados, postula uma unidade sistemática? No início do *Apêndice*, Kant faz referência a dois usos feitos pela razão: o uso *apodítico* e o *hipotético*. A razão, enquanto faculdade de derivar o particular do universal, emprega o

---

<sup>124</sup> MARQUES, Antonio. *Organismo e sistema em Kant: ensaio sobre o sistema kantiano*, p. 79.

uso apodítico quando o universal é dado e *em si certo*, e em tal caso, diz Kant, “requer somente a *capacidade de julgar* para a subsunção, e o particular é necessariamente determinado através da mesma”<sup>125</sup>. Para a nossa pesquisa, iremos, porém, nos atentar no aspecto eminentemente hipotético do uso da razão. Kant escreve que nesse caso o universal é admitido apenas *problematicamente* e é uma simples idéia. O particular é certo, mas a universalidade da regra para esta consequência é ainda um problema. Deste modo, afirma Kant:

... são experimentados na regra diversos casos particulares que são todos certos para ver se decorrem dela e neste caso, quando se tem a impressão de que todos os casos particulares indicáveis resultam dela, inferir-se-á a universalidade da regra e desta inferir-se-ão ulteriormente também todos os casos que em si mesmos não são dados<sup>126</sup>.

Quer dizer, quando a razão precisa formular a idéia de uma totalidade sistematicamente organizada que aqui citamos, o uso hipotético servirá para encontrar um princípio para o múltiplo e também para o uso particular do entendimento e, assim, os casos da totalidade que não são dados são, ao menos, orientados, dirigidos e interconectados a partir dessa regra. A unidade sistemática não pode, portanto, ser considerada como dada em si, ou seja, a unidade é apenas *projetada*, ao contrário de quando temos o conhecimento de uma totalidade a partir dos conceitos do entendimento, que são sempre *constitutivos*. Nesse sentido, escreve Kant:

---

<sup>125</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 674 (grifo do autor).

<sup>126</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 675.

O uso hipotético da razão a partir das idéias subjacentes como conceitos problemáticos não é propriamente *constitutivo*, ou seja, disposto de modo tal que, ao se querer julgar com todo o rigor, a verdade resulte da regra universal admitida como hipótese. Com efeito, como se pode querer conhecer todas as conseqüências possíveis que, ao resultarem do mesmo princípio admitido, provém a universalidade desse princípio? Este uso é, pois, apenas regulativo para, na medida do possível, trazer unidade aos conhecimentos particulares e assim levar a regra a se aproximar da universalidade<sup>127</sup>.

Assim, segundo o que afirma Antonio Marques, a idéia de unidade sistemática, já nas primeiras páginas do *Apêndice*, desempenha um papel não apenas lógico, mas lógico-hipotético. Ora, a unidade sistemática é um princípio lógico porque auxilia, por meio do uso regulativo das idéias, o entendimento sempre quando este não é capaz de estabelecer regras, e, ao mesmo tempo, essa unidade sistemática é hipoteticamente projetada.

Em suma, a idéia da razão projeta uma unidade ideal e prepara o campo para o entendimento. Mas qual seria de fato a relação das idéias com a experiência? Na seção terceira da *Disciplina da razão pura*, na *Doutrina transcendental do método*, Kant ampliará essa relação de forma mais aguda do que a desenvolvida no *Apêndice*, destacando a impossibilidade da experiência em se aproximar do plano estrito das idéias, uma vez que estas últimas jamais conseguirão fornecer qualquer conhecimento *in concreto*. Escreve Kant:

Para explicar fenômenos dados não se pode aduzir outras coisas e fundamentos explicativos se não aqueles que foram conectados a estes fenômenos dados segundo leis já conhecidas dos fenômenos. Uma *hipótese transcendental*, na qual uma simples idéia da razão fosse usada para a explicação das coisas da natureza, não seria, por conseguinte, uma explicação na medida em que aquilo que não se compreende suficientemente a partir de princípios empíricos conhecidos seria explicado por intermédio de algo do qual nada se compreende. O princípio de uma tal hipótese também só serviria

---

<sup>127</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 675.



propriamente para satisfazer a razão, e não para promover o uso do entendimento com respeito aos objetos<sup>128</sup>.

Os conceitos da razão são meras idéias e não possuem objetos em uma experiência possível ou real. Contudo, isso não quer dizer que sejam conceitos de objetos imaginários, mas são pensados problematicamente a fim de que fundemos, diz Kant, “os princípios regulativos do uso sistemático do entendimento no campo da experiência”<sup>129</sup>. Assim, a possibilidade dessas idéias não é demonstrável e, por isso, elas não podem ser hipoteticamente tomadas como fundamentos para *explicar*, de modo objetivo, fenômenos reais. Como exemplo disso, podemos fazer uso da idéia de alma, podemos utilizá-la para pensar uma unidade completa e necessária de todas as capacidades da mente, embora não se possa compreendê-la *in concreto*. Mas esta utilização somente é permitida quando *pensamos* o conceito de alma. O que é considerado ilícito na filosofia kantiana é *supor* a alma (bem como qualquer hipótese física), quando sabemos a sua impossibilidade de demonstração, por não ocorrer de modo algum esse fenômeno na natureza. “A razão não possui a autorização alguma para supor, como opinião, entes puramente inteligíveis ou propriedades puramente inteligíveis de coisas do mundo sensível, embora (por não se ter conceito algum de sua possibilidade ou impossibilidade) também não possam ser dogmaticamente negados com base num suposto melhor discernimento”<sup>130</sup>.

Disso se segue que a ordem da natureza deve ser explicada por razões naturais e segundo leis igualmente naturais. É intolerável supor para a natureza

---

<sup>128</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 800.

<sup>129</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 799.

<sup>130</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 800.

das coisas uma hipótese não demonstrável, se bem que, segundo Kant, para finalidade de uma explicação, uma hipótese física é ainda mais tolerável (mas não menos grosseira) do que uma hipótese hiperfísica:

... seria um princípio da razão indolente (*ignava ratio*) deixar de lado todas as causas, cuja realidade objetiva pode ser conhecida no curso da experiência, pelo menos segundo uma possibilidade, a fim de descansar numa simples idéia, aliás muito cômoda para a razão. Mas a totalidade absoluta dos fundamentos explicativos na série das causas não pode constituir-se num obstáculo com respeito aos objetos do mundo, pois já que estes nada mais são do que fenômenos, deles jamais se pode esperar algo completo na síntese da série de condições<sup>131</sup>.

O alerta de Kant é principalmente para, na falta de argumentos físicos, não recorrermos a hipóteses hiperfísicas quando não temos fundamentos para explicar fenômenos. Por dois motivos: 1) “este procedimento de modo algum faz avançar a razão, interrompendo antes todo o progresso de seu uso” e 2) “esta licença acaba por privá-la (a razão) de todos os frutos resultantes do cultivo do seu terreno próprio, a saber, a experiência”<sup>132</sup>. Outra ressalva de Kant, ainda na seção terceira da *Disciplina da razão pura*, é que as afirmações da razão acerca da imortalidade da alma e da existência de Deus não podem ser consideradas como dogmas *a priori*, pois, nesse caso, essas idéias já seriam invalidadas até mesmo como hipóteses.

No decorrer desse capítulo, Kant irá lapidar o uso correto que se deve fazer das hipóteses, uso que pode ser aproveitado em prol da unidade sistemática. Primeiramente, as hipóteses não servem como fundamentos de proposições nas questões meramente *especulativas* da razão pura. Mas as

---

<sup>131</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 801.

<sup>132</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 801.

proposições, por outro lado, podem ser defendidas por elas. Ou seja, as hipóteses devem ser utilizadas não para afirmar ou reforçar o argumento da proposição, mas sim para afastar ou enfraquecer os conhecimentos errôneos que um oponente lança mão com a finalidade de invalidar a asserção correta. Mas quando se trata da realidade das idéias da razão, jamais um indivíduo terá conhecimento suficiente para afirmar a certeza de sua proposição, bem como ninguém terá argumentos igualmente suficientes para afirmar o oposto, resultando numa arena na qual se travam combates intermináveis e onde ninguém será favorecido. Mas a razão, no que diz respeito ao *uso prático*, tem a permissão em admitir algo que, no campo da especulação, não poderia pressupor sem argumentos muito bem fundamentados numa experiência<sup>133</sup>. O fato é que, diz Kant, “no uso prático a razão tem posses cuja legitimidade não lhe é permitido provar e a qual de fato também não estaria em condições de provar. Logo, o ônus da prova recai sobre o oponente”<sup>134</sup>, e, conseqüentemente, há uma vantagem em favor daquele que afirma algo como pressuposto praticamente necessário. Mas tanto o adversário quanto quem admite um pressuposto praticamente necessário fará uso de hipóteses, que, como diz Kant, “não devem (as hipóteses) absolutamente servir para reforçar a prova da própria boa causa, mas sim para mostrar que o oponente entende muito pouco a respeito do objeto do conflito para que possa ufanar-se de uma vantagem sobre nós no tocante ao conhecimento especulativo”<sup>135</sup>.

---

<sup>133</sup> Porém, não trataremos aqui dos motivos da razão prática não se comprometer com o uso de fundamentos pressupostos. Apenas faremos menção ao uso prático da razão para auxiliar na compreensão do uso de hipóteses no campo especulativo.

<sup>134</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 804-805.

<sup>135</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 805.

Se a hipótese é incapaz de fornecer qualquer explicação objetiva das coisas da natureza, isto é, no campo da especulação, então, quando vista como fundamento de fenômenos dados, a hipótese é utilizada de modo equivocado, somente para satisfazer uma razão preguiçosa. Como a unidade sistemática é uma hipótese, ela não pode ser dada em si, ou seja, de maneira *in concreto*. Tentar admitir a unidade dessa maneira seria fazer um uso *constitutivo* das idéias, e, ao invés, de dirigir e orientar o entendimento, o uso hipotético da razão violaria os seus limites de aplicação.

Em suma, o uso da idéia (enquanto hipótese) é, portanto, incapaz de apaziguar a razão no campo da especulação, mas, por outro lado, servirá para fazer avançar o uso do entendimento e, também, para determinar critérios ou princípios de organização, tudo isso tendo em vista a projeção da totalidade dos fenômenos. A unidade não tem que ser encontrada de fato, mas ela deve ser procurada em benefício do interesse especulativo da razão. A nosso ver, essa é a pertinência epistemológica do uso da idéia da razão.

\*\*\*

No *Apêndice*, Kant faz sucessivas observações não só acerca do caráter regulativo das idéias, mas também trata de distingui-lo de uma aplicação constitutiva. Porém, Antonio Marques mostra que aquilo que parecia, a primeira vista, inadmissível no início do *Apêndice*, num segundo momento, é apresentado de maneira verossímil e até necessário: “há uma passagem que

se processa do subjetivo para o objetivo, do ideal para o real”<sup>136</sup>. Marques aponta que o uso da idéia não se limita necessariamente ao lógico-subjetivo, a posição do autor irá ultrapassar o que é fornecido textualmente por Kant, para ele “o regulador só o será se, em certa medida, for também constitutivo”<sup>137</sup>.

Para provar sua convicção de que, de fato, o aspecto decisivo deste texto é exatamente o caráter constitutivo do uso regulativo das idéias, Antonio Marques se utiliza da seguinte passagem do *Apêndice*:

Disso, contudo, resulta evidente que a unidade sistemática ou racional do conhecimento variado do entendimento é só um princípio *lógico* visando, nos casos em que o entendimento sozinho não chega a estabelecer regras, ajudá-lo com idéias e ao mesmo tempo conseguir, para a diversidade das suas regras, unidade (sistemática) sob um princípio e assim também coesão, na medida em que factível. Todavia, se o modo de ser dos objetos ou a natureza do entendimento que os conhece como tais são em si mesmos destinados à unidade sistemática, e se em certa medida esta pode ser postulada *a priori* mesmo sem tomar em consideração um tal interesse da razão, de maneira a se poder dizer que todos os conhecimentos possíveis do entendimento (entre eles os empíricos) possuem unidade da razão e estão sob princípios comuns dos quais podem ser derivados sem levar em conta sua diversidade, então isto seria um princípio *transcendental* da razão que tornaria a unidade sistemática necessária não só subjetiva e logicamente, enquanto método, mas também objetivamente<sup>138</sup>.

E explica Marques:

Que a natureza dos objetos na sua particularidade possa ser pensada como destinada à unidade sistemática desde, evidentemente, que a razão se lhes aplique, é um passo que Kant realiza para um outro lugar diferente daquela perspectiva limitativamente heurística e exclusivamente problemática que a Dialética viabilizara. Passa-se assim do simples método para a consideração objetiva de um sistema possível, porque proveniente de princípios enraizados na natureza das coisas, dos particulares. Até este passo do Apêndice era nítido que o princípio de unidade sistemática deveria residir na natureza das nossas faculdades de conhecimento; *a partir de agora põe-se o problema de saber se tal princípio não deverá também ter o seu significado e extrair a sua*

---

<sup>136</sup> MARQUES, Antonio. *Organismo e sistema em Kant: ensaio sobre o sistema kantiano*, p. 82.

<sup>137</sup> MARQUES, Antonio. *Organismo e sistema em Kant: ensaio sobre o sistema kantiano*, p. 82.

<sup>138</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 676.

*legitimidade das coisas. Terá sido, pensamos, a situação de ineficácia quanto à possibilidade do conhecimento das coisas mesmas que levou Kant a esta passagem, de forma que a razão não ficasse prisioneira de si própria*<sup>139</sup>.

Para Marques, esta passagem parece residir num movimento do *mais formal* para o *mais conteúdo*, ou seja, a questão agora é determinada para que o *conteúdo* seja muito mais destacado e elevado. A lei da razão que procura a unidade sistemática é necessária, pois sem ela, dirá Kant, “não teríamos absolutamente razão alguma, sem esta, porém, nenhum uso interconectado do entendimento e, na falta deste, nenhum sinal suficientemente característico da verdade empírica”<sup>140</sup>. Em prol da causa dessa verdade empírica temos que pressupor a unidade sistemática da natureza como objetivamente válida e necessária. A ordem sistemática, para Kant, passa a exigir maior conteúdo, isto é, uma especificação maior do material que, segundo Marques, “não vai só sofrer a aplicação dos princípios de unidade, mas que encerra também uma ‘passividade’ adequada a essa aplicação”<sup>141</sup>. Mas que princípios são esses que serão aplicados nos fenômenos, abarcando todos os objetos?

Tais princípios são: a unidade sistemática e a multiplicidade dos objetos do conhecimento, duas tendências exigidas pela investigação do conhecimento objetivo, e, diz Höffe, Kant formula o princípio que rege tais tendências: 1) “a busca da unidade segue a lei transcendental da homogeneidade do múltiplo” e

---

<sup>139</sup> MARQUES, Antonio. *Organismo e sistema em Kant: ensaio sobre o sistema kantiano*, p. 82-83 (grifo do autor).

<sup>140</sup> Kant, B 679.

<sup>141</sup> MARQUES, Antonio. *Organismo e sistema em Kant: ensaio sobre o sistema kantiano*, p. 83.

2) a busca da máxima extensão possível segue a lei da especificação, da heterogeneidade<sup>142</sup>. Prossegue Höffe:

Ambas as leis, diz Kant, já foram reconhecidas pela filosofia tradicional, uma vez que ela estabeleceu regras desse teor: os princípios não devem ser multiplicados sem necessidades (*entia praeter necessitatem non esse multiplicanda*) e a variedade do ser não deve ser limitada sem motivo (*entium varietates non temere esse minuendas*)<sup>143</sup>.

Kant, no decorrer do *Apêndice*, irá mostrar que estas duas tendências de investigação são até certo ponto opostas, mas são, sobretudo, complementares. Por conta desta oposição, estas tendências geraram controvérsias inúteis na história das ciências: ora, se elas são complementares, já não é mais importante travar uma disputa para saber se há mais unidade ou mais diversidade nos fenômenos.

Vejamos o argumento de Kant no que diz respeito à homogeneidade do múltiplo.

Diversos fenômenos, a princípio, mostram uma heterogeneidade. De início, uma máxima lógica, subjetivamente válida, impõe que se restrinja o quanto possível essa aparente diversidade, descobrindo mediante comparação a identidade oculta. Segundo Kant, o princípio lógico da razão exige que se realize tanto quanto possível esta unidade. Quanto mais os fenômenos de uma ou outra força, por exemplo, forem encontrados como idênticos entre si, tanto mais essas forças serão na verdade expressões diversas de uma mesma força, “que pode denominar-se sua *força fundamental*. Do mesmo proceder-se-á com

---

<sup>142</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 177.

<sup>143</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 177.

as forças restantes”<sup>144</sup>. Kant sugere que todas as forças fundamentais encontradas devem ser comparadas entre si, para aproximá-las a uma força fundamental que seja absoluta. Uma unidade da razão no que diz respeito às forças é, entretanto, hipotética, ou seja, apenas projetada. “Não se afirma que uma tal unidade tem que ser encontrada de fato, mas que se tem que procurar em benefício da razão, ou seja, para erigir certos princípios para as diversas regras que a experiência nos fornece”<sup>145</sup>. A idéia de uma força fundamental radical está destinada ao uso hipotético, ou seja, ela tem a pretensão de ser objetiva, pois não pode ser encontrada na natureza fenomênica, isto é, ela é apenas uma idéia regulativa. A razão precisa pressupor uma unidade sistemática de diversas forças com certo grau de homogeneidade para que a verdade empírica seja objetivamente válida e necessária.

Para Kant, toda diversidade de coisas particulares não exclui a identidade da *espécie*, “as várias espécies têm que ser consideradas apenas diferentes determinações de poucos *gêneros*, estes, porém, como determinações de *estirpes* ainda mais altas”<sup>146</sup>, com o uso da razão só podemos inferir coisas do geral para o particular por meio de um princípio lógico, ao passo que tomamos por fundamentos as propriedades gerais das coisas, às quais se encontram subordinadas às propriedades particulares. Esse princípio lógico nos orienta a procurar certa unidade sistemática de todos os conceitos empíricos, na medida em que podem ser derivados de outros mais altos e mais gerais.

---

<sup>144</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 677.

<sup>145</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 678.

<sup>146</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 680.



Apesar dessa harmonia na natureza, Kant, porém, nos atenta que os princípios não devem ser multiplicados sem necessidade. A própria natureza das coisas oferece a matéria à unidade racional e a diversidade aparentemente infinita. E não somos impedidos de supor por de trás da matéria a unidade das propriedades fundamentais de onde se pode apenas derivar a multiplicidade, mediante determinações sempre maiores. Acerca disso, observa Kant:

Embora esta unidade seja uma simples idéia, foi em todos os tempos procurada com tanto ardor, que há mais motivo para moderar do que encorajar esse desejo de a atingir. Já era muito os químicos terem podido reduzir todos os sais a duas espécies principais, os ácidos e os alcalinos; mas ainda tentam considerar esta distinção como uma variedade ou manifestação diversa de uma mesma substância fundamental. Tentaram, pouco a pouco, reduzir a três e por fim a duas as diversas espécies de terras (a matéria das pedras e mesmo dos metais); mas, descontentes ainda com isto, não se puderam furtar ao pensamento de suspeitar por detrás destas variedades um gênero único e até mesmo um princípio comum às terras e aos sais. Poder-se-ia ser tentado a crer que isto é apenas um artifício econômico da razão para se poupar quanto possível a esforços, e um ensaio hipotético que, sendo bem sucedido, daria verossimilhança, em virtude dessa unidade, ao princípio explicativo pressuposto. Todavia, uma intenção interessada deste gênero é bem fácil de distinguir da idéia segundo a qual toda a gente supõe que esta unidade racional é conforme à própria natureza e que a razão aqui não mendiga, só ordena, embora não possa determinar os limites dessa unidade<sup>147</sup>.

Aqui fica claro que o interesse da razão não é mais apenas com o *formal*, mas sim com o *conteúdo*. Segundo Kant, não há diversidade de conteúdo fenomênico que "nem o mais penetrante entendimento humano pudesse encontrar a menor semelhança, comparando uns com os outros"<sup>148</sup>. Se assim fosse, a lei lógica dos gêneros não seria capaz de qualquer verificação, ou, para ser mais exato, ela sequer existiria assim como qualquer outro conceito universal. O princípio lógico dos gêneros supõe, por isso, um princípio transcendental para poder ser aplicado à natureza, isto é, aos objetos

---

<sup>147</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 680-681.

<sup>148</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 681.

que nos são dados. Este princípio é necessário para se supor a homogeneidade do múltiplo sob gêneros superiores:

Segundo esse mesmo princípio, na diversidade de uma experiência possível deverá supor-se, necessariamente, uma homogeneidade (embora não possamos determinar *a priori* o seu grau), porque, sem esta, não haveria mais conceitos empíricos, nem, por conseguinte, experiência possível<sup>149</sup>.

A lei da homogeneidade impede a dispersão na multiplicidade de diversos gêneros originários, ou seja, ela recomenda o homogêneo. A esse princípio lógico do gênero, ou da homogeneidade do múltiplo, que postula a identidade, contrapõe-se um outro princípio: o das espécies. Este princípio, dirá Kant, “requer a multiplicidade e diversidade das coisas, apesar da sua concordância no mesmo gênero, e prescreve ao entendimento estar tão atento às espécies como aos gêneros”<sup>150</sup>. O princípio da espécie (“da perspicácia ou da faculdade de distinguir”) limita muito a leviandade (*Leichtsinn*) do princípio do gênero. Enquanto, no primeiro caso, o entendimento pensa muitas coisas sob os seus conceitos com a finalidade de atingir o homogêneo, no segundo, a lei, diz Kant, “limita por sua vez esta inclinação à unidade e ordena a distinção das subespécies, antes que com nossos conceitos universais nos volvamos aos indivíduos”<sup>151</sup>. Vejamos melhor o que Kant diz a esse respeito.

Por esses dois princípios, em um primeiro momento, a razão manifesta um interesse conflitante: por um lado, o interesse da *extensão* (universalidade) com respeito aos gêneros e, por outro, do *conteúdo* (da determinidade) com

---

<sup>149</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 682.

<sup>150</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 682.

<sup>151</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 688.

vista à multiplicidade das espécies<sup>152</sup>. No primeiro caso, o entendimento pensa muitas coisas por subordinação aos seus conceitos, porém, no segundo, o entendimento pensa mais coisas em cada um dos conceitos. Sobre o conflito, escreve Kant:

Esta posição também se manifesta nos muito diversos modos de pensar dos físicos, alguns dos quais (principalmente os especulativos), como que hostis à heterogeneidade, têm sempre em vista a unidade do gênero, enquanto os outros (os de mentalidade predominantemente empírica) tentam incessantemente cindir a natureza em tal diversidade que quase teríamos de abandonar a esperança de julgar os seus fenômenos segundo princípios gerais<sup>153</sup>.

Pensar em uma heterogeneidade na natureza também requer um princípio lógico. Este modo de pensar tem por objetivo “a completude sistemática de todos os conhecimentos quando eu, partindo do gênero, desço ao múltiplo que possa estar contido sob o mesmo e deste modo procuro dar ao sistema extensão”, assim como no primeiro caso, quando ascendíamos ao gênero procurando a simplicidade.

Todo gênero requer diversas espécies, essa, por sua vez, requer diversas subespécies e, assim, sucessivamente. Visto que nenhuma destas se realiza sem ter uma outra esfera (“extensão como *conceptus communis*”), assim, em toda sua extensão, a razão não aceita que espécie alguma seja considera ínfima em si. Explica Kant:

Com efeito, já que a espécie é sempre um conceito que contém só aquilo que é comum a coisas diferentes, o conceito não pode ser determinado completamente e nem, pois, referir-se antes de tudo a um indivíduo,

---

<sup>152</sup> Cf. KANT. *Crítica da razão pura*, B 682.

<sup>153</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 683.

conseqüentemente tem sempre que conter sob si outros conceitos, isto é, subespécies. Esta lei da especificação poderia ser expressa do seguinte modo: *entium varietates non temere esse minuebdas* (as variedades dos entes não devem ser diminuídas temerariamente)<sup>154</sup>.

A lei da especificação impõe ao entendimento a tarefa de procurar subespécies sob cada espécie, diversidades menores para cada diversidade. O conhecimento dos fenômenos, segundo Kant, exige uma especificação de modo incessante e progressiva. Mas a experiência não pode fornecer perspectivas tão vastas, por isso a lei da especificação não pode ser tirada da experiência. Toda experiência é limitada, mas nas idéias se pode pensar uma completude absoluta, isto é, ilimitada. Conseqüentemente, dirá Höffe, “as idéias se devem a uma faculdade que transcende o entendimento relacionado à experiência, a saber, à razão”<sup>155</sup>. As representações de unidade e pluralidade (homogeneidade e heterogeneidade, respectivamente), portanto, não repousam na experiência.

Para Kant, em primeiro lugar, mediante “um princípio da *homogeneidade* de múltiplos sob gêneros superiores” e, em segundo lugar, mediante “um princípio da *variedade* do homogêneo sob espécies inferiores”, a razão prepara o campo do entendimento. Para completar a unidade sistemática, a razão acrescenta um terceiro princípio, a saber, o da continuidade do mundo natural. Este último princípio surge da reunião dos dois primeiros após completar a unidade sistemática na idéia.

---

<sup>154</sup> KANT. *Crítica da razão pura*, B 683-684.

<sup>155</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 178.

A homogeneidade, a variedade e a continuidade do conhecimento formam uma completude exigida pela razão, mas que só pode ser realizada pelo entendimento. Explica Höffe:

As idéias da razão não designam razões sobrenaturais que possam substituir a falta de explicações naturais. Pelo contrário, intimam os cientistas a não se conformar com a falta de explicações, mas, em vez disso, a explorar constantemente fundamentos reais. As idéias da razão têm um sentido apelativo e heurístico; dão impulsos ao entendimento para o progresso nas ciências: “Assim, todo conhecimento humano inicia com intuições, parte delas para conceitos e termina com idéias (B 730)”<sup>156</sup>.

O objetivo primordial da investigação é realizar o ideal da razão da completude. Porém este objetivo é inatingível, já que nem uma experiência nem a soma de experiências dadas alcançam a completude absoluta do conhecimento. “Como no caso de um quadro em que o ponto de fuga se encontra fora da imagem mas, mesmo assim, define sua perspectiva, assim a investigação está comprometida com as idéias da razão sem alcançar em nenhum momento a completude absoluta. Se se toma o ponto de fuga da investigação por um objeto próprio supondo que os princípios do progresso da investigação fundamentam uma ciência objetiva, a saber, a metafísica especulativa, surge a aparência dialética”<sup>157</sup>. As idéias da razão expressam, na verdade, um ponto norteador que guia os cientistas, mas que nunca são alcançadas totalmente. “são pontos que retrocedem à medida que se avança, de modo que nunca se alcança o seu limite, nunca se para em definitivo”<sup>158</sup>. Para a ciência não é possível atingir um conhecimento completo, mas, por

---

<sup>156</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 178.

<sup>157</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 179.

<sup>158</sup> HÖFFE, Otfried, *Immanuel Kant*, p. 179.

outro lado, alcançam um conhecimento objetivo (graças às formas da intuição e às categorias) e um progresso no conhecimento (por meio dos princípios da unidade, especificação e continuidade). Como já foi dito, a unidade sistemática não é um saber existente no mundo, mas projetado. Assim, sempre ficará algo a ser investigado.

## CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vemos, então, que as ideias da razão possuem um uso ilegítimo quando tentam ser empregadas com finalidade de conhecimento objetivo. Mas, segundo Kant, as ideias são conceitos naturais e autênticos da razão e, por isso, deve-se eliminar a manifestação dialética da razão através delas. Antes de mostrar qual o real uso que se pode fazer das ideias, foi preciso, primeiro, mostrar sua legitimidade, ou seja, fazer a dedução, tanto transcendental quanto metafísica, das ideias da razão.

Mas vimos que uma dedução transcendental das ideias, que mostre a realidade do conceito, não pode ser feita do mesmo modo como a dedução transcendental das categorias. Por isso, a dedução transcendental das ideias deve ser feita de maneira diferente. As ideias só possuem *certa* validade objetiva, como vimos, quando o conceito de liberdade possibilita um conhecimento “prático-dogmático”, revelado pela lei moral. Neste sentido, as ideias não podem entrar em conflito com o mundo fenomênico, nessa realidade elas devem poder coexistir com a causalidade fenomênica sem contradição. Assim, podemos afirmar que do ponto de vista prático, as ideias da razão podem fazer parte do sistema kantiano, podem ser inseridas em uma unidade sem qualquer conflito com a ordem dos fenômenos.

Porém, nos parece que isso ocorre sem problema quando olhamos as ideias sob um ponto de vista apenas prático. Do ponto de vista do conhecimento objetivo, as ideias não têm qualquer relação com uma possível fundamentação de uma filosofia prática. Quando o interesse é especulativo o

que se vislumbra é o conhecimento científico. Por isso as ideias quando usadas podem ser utilizadas para auxiliar o entendimento no conhecimento objetivo, neste sentido, não se pode inferir nada diretamente a partir delas. No interesse especulativo, as ideias devem ser interpretadas como princípios regulativos. Se nesse interesse quisermos derivar algo objetivamente das idéias, estaremos tentando utilizá-las como conceitos constitutivos, e, inevitavelmente, iremos cair na ilusão transcendental.

As ideias da razão são necessárias para o conhecimento uma vez que possibilitam a totalidade absoluta da série das condições, mas essa totalidade não é real *in concreto*, ela é um postulado da razão. A totalidade da série das condições possibilita, por meio das idéias, uma unidade do conhecimento, já que nenhuma experiência nem a soma de experiências dadas alcançam a completude absoluta e sistematicamente organizada do conhecimento. Portanto, se as ideias são não só naturais, mas principalmente autênticas, como mostrou a dedução, seu auxílio ao entendimento em progredir nas suas investigações no conhecimento objetivo é legítimo.



## BIBLIOGRAFIA

ALLISON, Henry E. **El idealismo trascendental de Kant: una interpretación e defensa**. Barcelona: Editorial Anthropos, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Para ler Kant**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1976.

FAGGION, Andrea. **Dedução transcendental das categorias de entendimento: um debate entre ceticismo e criticismo**, in Sképsis, ano II, nº 3 – 4, 2008.

HÖFFE, Otfried. **Immanuel Kant**. Biblioteca de Filosofia 21. Barcelona: Editorial Herder, 1986.

HÖFFE, Otfried. **Immanuel Kant**. Trad. Christian V. Hamm e Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KANT, Immanuel. **Antropología en sentido pragmático**. Trad. José Gaos. Madrid: Alianza Editorial, 1991

\_\_\_\_\_. Immanuel. **Crítica da razão pura**. Trad. Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. Immanuel. **Crítica da razão pura**. Trad. Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Morujão. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

\_\_\_\_\_. Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1995.

\_\_\_\_\_. Immanuel. **Os progressos da metafísica**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, s/d.

\_\_\_\_\_. Immanuel. **Prolegómenos a toda a metafísica futura que queira apresentar-se como ciência**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, s/d.

LEBRUN, Gerard. **Kant e o fim da metafísica**. Trad. Carlos Alberto ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LICHT DOS SANTOS, Paulo R. **Algumas observações sobre a Dialética Transcendental: o fim da Crítica da razão pura**, in *Studia Kantiana*, volume 6/7, 2008.

MARQUES, Antônio. **Organismo e sistema em Kant: Ensaio sobre o sistema kantiano**. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

PIMENTA, Pedro P. **Reflexão e Moral em Kant**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004

SMITH, Norman K. **A Commentary to Kant's Critique of Pure Reason**. London: Macmillan, 1918.

WOLFF, R. Paul. **Kant's theory of mental activity: a commentary on the transcendental analytic of the *Critique of Pure Reason***. Gloucester, Mass: Peter Smith, 1973.

**Versão final aprovada pelo orientador em ...../...../..... .**

---

Vinicius Berlendis de Figueiredo